



Universidade de Brasília

Faculdade de Direito

ANA LUÍSA GONÇALVES ROCHA

**JORNADA DE TRABALHO EXCESSIVA DO MOTORISTA PROFISSIONAL:
DANO EXISTENCIAL EM PERSPECTIVA**

**Brasília
2019**

ANA LUÍSA GONÇALVES ROCHA

JORNADA DE TRABALHO EXCESSIVA DO MOTORISTA PROFISSIONAL:
DANO EXISTENCIAL EM PERSPECTIVA

Monografia apresentada à Banca Examinadora da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Direito.

Orientadora: Professora Doutora Gabriela Neves Delgado.

Brasília
2019

ANA LUÍSA GONÇALVES ROCHA

**JORNADA DE TRABALHO EXCESSIVA DO MOTORISTA PROFISSIONAL:
DANO EXISTENCIAL EM PERSPECTIVA**

Monografia apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Brasília.

BANCA EXAMINADORA

Professora Doutora Gabriela Neves Delgado (Orientadora)

Doutora Maria Cecília de Almeida Monteiro Lemos (Avaliadora)

Mestre Milena Pinheiro Martins (Avaliadora)

Mestre Valéria de Oliveira Dias (Avaliadora)

Brasília, 28 de junho de 2019

AGRADECIMENTOS

Inicialmente, agradeço à minha família, especialmente meus pais, Denise e Fábio, e minha irmã, Maria Clara, pela motivação, amor e suporte.

Agradeço às minhas amigas de longa data, Anna Raquel, Camila, Fabhia e Isabella, por estarem sempre comigo, e à Anna, Daniella, Júlia, Mateus, Luiz Felipe, Pedro e Sophia, por terem me acompanhado durante esses mais de cinco anos de Faculdade de Direito.

Às equipes do escritório Sergio Bermudes e do gabinete do Ministro Marco Aurelio no Supremo Tribunal Federal, em especial a Guilherme Coelho e Eduardo Ubaldo, agradeço pelas experiências profissionais e de vida.

Agradeço à professora Gabriela Neves Delgado pela orientação cuidadosa, pelo incentivo à pesquisa, e, sobretudo, pelo ensino apaixonado do Direito do Trabalho.

Pela participação na banca avaliadora, agradeço à Maria Cecilia Lemos, Milena Pinheiro e Valéria Dias. Agradeço em particular à Maria Cecilia por gentilmente disponibilizar a brilhante tese que serviu de marco teórico a este trabalho, à Milena pela imensa ajuda nos primeiros passos de pesquisa e à Valéria pelo interesse e entusiasmo em relação ao tema.

Por fim, agradeço ao André, cujo apoio me deu força durante todo o processo de escrita desta monografia.

RESUMO

A Lei nº 13.103/2015, que dispõe sobre a atividade profissional dos motoristas, alia-se aos atuais movimentos flexibilizadores da regulação trabalhista, na medida em que busca subverter a lógica constitucional de limitação da jornada de trabalho. A Justiça do Trabalho pode – e deve – adotar um padrão regulatório, que, à luz do direito fundamental ao trabalho digno, forneça resposta às crescentes violações dos direitos dos motoristas profissionais. A figura do dano existencial, instituto já consagrado na jurisprudência trabalhista, emerge como forma viável de interpretação conforme a matriz constitucional brasileira.

PALAVRAS-CHAVE: Direito do Trabalho. Motorista profissional. Jornada de trabalho. Dano existencial.

ABSTRACT

The Law 13.103/2015, which addresses directly the professional drivers' activity, joins the current movement to undermine labor legislation, as it subverts the constitutional right to limited working hours. The labor Courts can, and should, adopt a regulatory pattern that, considering the fundamental right to decent work, offers a response to the growing violations of the professional drivers' social rights. The figure of the existential damage, already consecrated on case law, emerges as a viable form of interpretation in accordance with the Brazilian constitutional matrix.

KEY-WORDS: Labor Law. Professional driver. Working hours. Existential damage.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO I – JORNADA DE TRABALHO DO MOTORISTA PROFISSIONAL E DIREITO FUNDAMENTAL À LIMITAÇÃO DA DURAÇÃO DO TRABALHO	11
1.1. MATRIZ CONSTITUCIONAL DE 1988, TRABALHO DIGNO E LIMITAÇÃO DA DURAÇÃO DO TRABALHO.....	11
1.2. DURAÇÃO DO TRABALHO: CATEGORIA-CHAVE DO DIREITO DO TRABALHO	
1.2.1. Conceito.....	16
1.2.2. Critérios básicos e especiais de fixação de jornada.....	17
1.2.3. Jornada extraordinária.....	18
1.2.4. Períodos de descanso: intervalos intrajornada e interjornada e repouso semanal.....	20
1.3. LEI Nº 13.013/2015: REPERCUSSÕES NA JORNADA DE TRABALHO DO MOTORISTA PROFISSIONAL.....	21
1.3.1. Jornada de doze horas.....	23
1.3.2. Nova regulamentação do tempo de espera e supressão do tempo de reserva.....	24
1.3.3. Intervalos, parada obrigatória e repouso semanal.....	26
CAPÍTULO II – DANO EXISTENCIAL: PROTEÇÃO AO PROJETO DE VIDA E À VIDA DE RELAÇÕES DO TRABALHADOR	28
2.1. PROTEÇÃO INTEGRAL À PESSOA HUMANA E RESPONSABILIDADE CIVIL....	28
2.2. O INSTITUTO DO DANO EXISTENCIAL.....	31
2.2.1. Origem.....	31
2.2.2. Conceito.....	33
2.2.3. Distinção do dano moral.....	35
2.3. O DANO EXISTENCIAL NO DIREITO DO TRABALHO.....	36
2.4. O DANO EXISTENCIAL NA REFORMA TRABALHISTA.....	39
2.5. O DANO EXISTENCIAL E A SOBREJORNADA DE TRABALHO DO MOTORISTA PROFISSIONAL.....	42
CAPÍTULO III – O DANO EXISTENCIAL DECORRENTE DA JORNADA DE TRABALHO EXCESSIVA DO MOTORISTA PROFISSIONAL: ANÁLISE DA JURISPRUDÊNCIA DO TST	45
3.1. METODOLOGIA.....	45
3.2. ANÁLISE JURISPRUDENCIAL QUANTITATIVA.....	47
3.3. ANÁLISE JURISPRUDENCIAL QUALITATIVA.....	55
CONCLUSÃO	64
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	67

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Recorrente.....	48
Gráfico 2 – Reconhecimento do dano existencial.....	49
Gráfico 3 – Reconhecimento do dano <i>in re ipsa</i>	50
Gráfico 4 – Decisão do TRT mantida ou reformada pelo TST.....	52
Gráfico 5 – Fundamentação jurídica do acórdão.....	52
Gráfico 6 – Decisão do TST quanto ao valor da indenização.....	53
Gráfico 7 – Valor da indenização.....	55

INTRODUÇÃO

Em tempos de intensa precarização do trabalho, encontra destaque a categoria dos motoristas profissionais, cuja atividade, desde 2012, submete-se à regulamentação específica. A recente “greve dos caminhoneiros”, as disputas pelo preço do frete e o Projeto de Lei nº 3.267/19¹, recentemente apresentado pelo Presidente Jair Bolsonaro à Câmara dos Deputados, atentam para a importância de se pensar parâmetros de proteção para uma categoria tão em voga atualmente, e que, ao mesmo tempo, sofre com condições tão precárias e com uma jornada de trabalho notadamente excessiva.

A revelar verdadeiro retrocesso em termos de proteção trabalhista, em 2 de março de 2015, foi publicada a Lei nº 13.103, a qual, revogando a legislação predecessora – a Lei nº 12.619/2012 –, promoveu expressivas alterações na regulamentação da categoria dos motoristas, das quais se depreende tentativa de subversão de caro instituto ao Direito do Trabalho – a limitação à duração do trabalho.²

O objetivo deste estudo é, de início, evidenciar a limitação da jornada de trabalho como um dos pilares da luta dos trabalhadores e, consecutivamente, abordar o tema da duração do trabalho como categoria-chave dentro do campo do Direito do Trabalho para, a partir de uma leitura consonante com os princípios da matriz constitucional de 1988, demonstrar a perversidade das disposições da Lei nº 13.103/2015 para a jornada de trabalho do motorista profissional.

Nesse sentido, será analisada, de forma breve, a evolução histórica da limitação à duração do trabalho na sociedade ocidental, para chegar-se, no Brasil, ao advento da Constituição Federal de 1988 e à consagração do direito fundamental ao trabalho digno. Relacionando os diversos aspectos e implicações da jornada – critérios de fixação, horas extraordinárias, intervalos – com a necessidade de preservação da integridade e da harmonia física, psíquica e psicológica do trabalhador, a pesquisa irá destacar os pontos mais problemáticos da regulamentação da categoria dos motoristas profissionais.

A partir da preocupação com o intenso elastecimento e flexibilização da jornada dos motoristas, articulando com a tese desenvolvida por Maria Cecilia Lemos em relação ao

¹ O projeto de lei, por exemplo, além de elevar, de quatorze para trinta, a pontuação limite para que o motorista profissional tenha de participar de curso de reciclagem da Carteira Nacional de Habilitação – CNH, exclui do Código de Trânsito Brasileiro a exigência de exame toxicológico a motoristas profissionais de ônibus, caminhões e veículos semelhantes para habilitação e renovação da CNH.

² CARVALHO, Augusto César Leite de. Trabalho rodoviário: reflexões sobre a reforma legal de 2015. *Revista do Tribunal Superior do Trabalho*, São Paulo, v. 82, n. 1, jan./mar. 2016, p. 60-76.

contrato de trabalho intermitente³, a pesquisa se empenhará em identificar no instituto do dano existencial um possível contraponto à imposição do cumprimento de jornadas excessivas à categoria.

Para tanto, buscar-se-á caracterizar a responsabilidade civil como um fenômeno social e realçar a necessidade de ampliação da proteção aos interesses da pessoa humana à medida que a sociedade se torna cada vez mais complexa, passando pela superação da perspectiva estritamente patrimonialista da teoria da responsabilidade civil para a tutela do patrimônio imaterial do indivíduo. Tendo em conta a positivação da reparabilidade do dano extrapatrimonial na Constituição, a pesquisa salientará a autonomia do dano existencial enquanto instituto protetivo do projeto de vida e da vida de relações do indivíduo.

Apoiando-se na íntima relação entre a concretização de um projeto de vida e de uma vida de relações pelo sujeito trabalhador com a possibilidade de dispor de tempo para além do trabalho, o estudo caracterizará o cumprimento de sobrejornadas como hipótese frequente de dano existencial no âmbito das relações trabalhistas. Destacar-se-á a positivação do instituto do dano existencial – o qual já havia sido incorporado pela Justiça do Trabalho a partir da resignificação do conceito de dano moral – pela Lei nº 13.467/2017 e a problemática alusiva à regulamentação efetuada, para, enfim, apontar a perspectiva de configuração do dano existencial no cumprimento de jornadas excessivas pelos motoristas.

Por fim, analisando quantitativamente e qualitativamente os acórdãos de julgamento de recursos de revista relacionados ao tema no Tribunal Superior do Trabalho, a pesquisa buscará apontar se o TST reconhece a ocorrência do dano existencial no cumprimento de jornadas excessivas de trabalho pelos motoristas profissionais e qual a fundamentação utilizada no enfrentamento da questão.

Dessa forma, realçando o papel da Justiça do Trabalho na garantia de um patamar civilizatório mínimo de proteção ao motorista profissional em face dos movimentos flexibilizadores da regulamentação do trabalho, espera-se identificar limites e perspectivas para uma regulação judicial apta a obstar a violação de direitos sociais fundamentais, tendo por base a matriz constitucional de 1988.

³ LEMOS, Maria Cecília de Almeida Monteiro. *O dano existencial nas relações de trabalho intermitentes: reflexões na perspectiva do direito fundamental ao trabalho digno*. Tese de Doutorado, Faculdade de Direito, Universidade de Brasília, 2018.

CAPÍTULO I - JORNADA DE TRABALHO DO MOTORISTA PROFISSIONAL E DIREITO FUNDAMENTAL À LIMITAÇÃO DE JORNADA

1.1. MATRIZ CONSTITUCIONAL DE 1988, TRABALHO DIGNO E LIMITAÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO

A limitação da duração do trabalho, juntamente com o salário, emergiu como questão central ao longo do processo de afloramento e desenvolvimento do Direito do Trabalho, estando intimamente relacionada ao montante da transferência da força de trabalho do obreiro ao empregador na relação de emprego.⁴

Arnaldo Sussekind aponta que o tema da restrição ao tempo de trabalho, voltado à concretização da proteção ao trabalhador e da sua dignificação, consagrou-se na legislação comparada lastreado em três fundamentos: o biológico, no sentido de combater a fadiga e possibilitar a recomposição física e mental do trabalhador; o social, para permitir o convívio comunitário e familiar; e o econômico, tanto como forma de gerar mais postos de emprego quanto de aumentar a produtividade dos trabalhadores que, descansados adequadamente, desempenham melhor suas atividades e sujeitam-se a menos acidentes de trabalho.⁵

A nível internacional, despontam como marcos históricos da limitação da duração do trabalho, no século XIX, os movimentos operários, que denunciaram as condições de exploração a que se submetiam os trabalhadores, levando países como Inglaterra e França a editarem leis que fixassem limites às jornadas de trabalho. Merece destaque, também, o posicionamento da Igreja Católica que, em 1891, por meio da Encíclica *Rerum Novarum*, do Papa Leão XIII, atentou para as injustiças sociais e reconheceu a necessidade de limitação do tempo de trabalho e de garantia do tempo de descanso. Ao fim da Primeira Guerra Mundial, celebrou-se, em 1919, o Tratado de Versalhes, a que foi incorporada uma carta de princípios, por meio da qual as nações signatárias comprometiam-se a assegurar a limitação da duração do trabalho às oito horas diárias e quarenta e oito semanais.⁶

Nesse contexto de universalização da proteção ao trabalho, fundou-se, no mesmo ano, a Organização Internacional do Trabalho – OIT, que, em sua Convenção nº 1, fixou limite de oito horas diárias e quarenta e oito horas semanais ao trabalho na indústria, tendo sido essa

⁴ DELGADO, Maurício Godinho. *Curso de Direito do Trabalho*. 17ª ed. São Paulo: LTr, 2018, p. 1020.

⁵ SUSSEKIND, Arnaldo. *Instituições de Direito de Trabalho*: Volume II. 22ª ed. São Paulo: LTr, 2005. p. 803.

⁶ COIMBRA, Rodrigo. Fundamentos e evolução da limitação constitucional da duração do tempo de trabalho no Brasil. *e-Pública*, Lisboa, v. 3, n. 1, abr. 2016, p. 191-193.

orientação estendida a diversas outras categorias nas convenções seguintes. Dispôs a Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão (1948), no artigo XXIV, o direito “a repouso e lazer, inclusive a limitação razoável das horas de trabalho e a férias remuneradas periódicas.” A Recomendação nº 116 da OIT, de 1962, por sua vez, propôs a adoção progressiva da duração semanal do trabalho de quarenta horas, e impôs restrições a prorrogação da jornada normal.⁷

No Brasil, o Decreto nº 313, de 17 de janeiro de 1891, constituiu-se no primeiro ato normativo a limitar a jornada de trabalho, fixando a duração máxima do trabalho exercido por menores de idade, incidindo, no entanto, somente no âmbito do Distrito Federal. Durante a era Vargas, passou a estruturar-se o Direito do Trabalho no Brasil, sendo expedidos diversos decretos que, versando sobre profissões específicas, fixavam jornadas máximas de oito horas, permitida a elevação a dez horas, mediante acordo e pagamento de remuneração suplementar com adicional sobre o salário-hora.⁸

A Constituição de 1934 encartou uma série de direitos trabalhistas, entre os quais a duração diária normal do trabalho de oito horas e semanal de quarenta e oito horas, e o salário mínimo, que foram mantidos na Constituição de 1937. A Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada por meio do Decreto-Lei nº 5452, de 1º de maio de 1943, no que tange à duração do trabalho, incorporou os decretos esparsos e fixou a jornada padrão de oito horas, compondo o Capítulo II, intitulado “Da Duração do Trabalho”.⁹

As Constituições Federais de 1946 e 1967 (esta última alterada pela Emenda Constitucional nº 1/1969) mantiveram a duração padrão da jornada de trabalho preestabelecida. No entanto, o texto de 1967, em oposição ao cunho social-democrata da Constituição predecessora, consagrou a ditadura militar no Brasil.¹⁰

Em 5 de outubro de 1988, promulgou-se a atual Constituição Federal, que consagra, no rol de direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, em seu artigo 7º, incisos XIII e XVI, a “duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho”, assim como a “remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinquenta por cento à do normal”.

⁷ SUSSEKIND, Arnaldo. *Instituições de Direito de Trabalho*: Volume II. 22ª ed. São Paulo: LTr, 2005. p. 805.

⁸ Ibid., p. 806.

⁹ COIMBRA, Rodrigo. Fundamentos e evolução da limitação constitucional da duração do tempo de trabalho no Brasil. *e-Pública*, Lisboa, v. 3, n. 1, abr. 2016, p. 197-198.

¹⁰ Ibid., p. 198-199.

Inovou o constituinte ao diminuir o módulo semanal de trabalho de quarenta e oito para quarenta e quatro horas, bem como ao aumentar o mínimo do adicional de horas extras – anteriormente fixado pelo artigo 59, § 1º, da CLT, em 20% – para 50% do valor da hora normal. Destacam-se, também, a “jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva” e o “repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos” – artigo 7º, incisos XIV e XVI, respectivamente –, que reforçam a lógica de limitação da duração do trabalho amparada pela Constituição.

Vê-se que a proteção ao trabalhador permeia a discussão da limitação da duração do trabalho enquanto princípio estruturante do Direito do Trabalho, ramo que, resultado da busca por uma regulação não mercantil das relações de trabalho, manifesta seu caráter contraditório ao institucionalizar o conflito entre os vendedores e os compradores da força de trabalho, reconhecendo e ao mesmo tempo conformando os poderes do empregador. Os critérios interpretativos do princípio da proteção, nesse sentido, objetivam reduzir as disparidades de poder entre os sujeitos contratantes da relação de emprego, promovendo o equilíbrio almejado pelo Direito do Trabalho.¹¹

Assim, o princípio da proteção, norte do Direito do Trabalho, associa-se estreitamente ao princípio da dignidade da pessoa humana e se expressa, na Constituição de 1988, no compromisso de concretização de direitos fundamentais que assegurem ao trabalhador patamar civilizatório mínimo de proteção sociotrabalhista.

Diante da dimensão constitucional conferida ao trabalho, desponta o Direito do Trabalho como instrumento essencial para a consolidação do Estado Democrático de Direito, marco contemporâneo do constitucionalismo. Representativo de um novo paradigma de organização e gestão da sociedade civil e política, o Estado Democrático de Direito encontra expressão plena na Constituição da República de 1988 ao elevar a pessoa humana e a sua dignidade, nas quais se amparam os princípios e regras de sua matriz teórica, fundada no tripé conceitual “pessoa humana, com sua dignidade; sociedade política, concebida como democrática e inclusiva; sociedade civil, concebida como democrática e inclusiva”.¹²

Núcleo estrutural da Constituição, a dignidade da pessoa humana deve ser entendida enquanto “qualidade intrínseca do ser humano”, de forma que não pode ser concedida ou

¹¹ SILVA, Sayonara Grillo Coutinho Leonardo da; HORN, Carlos Henrique. O princípio da proteção e a regulação não-mercantil do mercado e das relações de trabalho. In: *Revista de Direito do Trabalho*. Ano 34, n. 132, São Paulo: RT, out-dez. de 2008, p.184-205.

¹² DELGADO, Mauricio Godinho. Democracia, Constituição Federal de 1988 e Direito do Trabalho no Brasil. *Como aplicar a CLT à luz da Constituição: alternativas para os que militam no foro trabalhista*. Márcio Túlio Viana, Cláudio Jannotti da Rocha, coordenadores. São Paulo: LTR, 2016, p. 72-77.

retirada. Pode, no entanto, ser violada, daí a importância de reconhecê-la e protegê-la. Sendo o ser humano um fim em si mesmo, “centro convergente de direitos”, as relações, inclusive as trabalhistas, devem pautar-se pela dignidade e, portanto, também o Direito do Trabalho, que irá garantir o direito a um trabalho minimamente digno.¹³

A Constituição confere à dignidade da pessoa humana status multifuncional enquanto “fundamento da vida do país, princípio jurídico inspirador e normativo e, ainda, objetivo da ordem econômica”, fazendo com que ele permeie toda a ordem jurídica e as relações contratuais trabalhistas, manifestando-se nos instrumentos mínimos de afirmação social.¹⁴ Conforme indicam Mauricio Godinho Delgado e Gabriela Neves Delgado:

[...] a ideia de dignidade não se reduz, hoje, a uma dimensão estritamente particular, atada a valores imanescentes à personalidade e que não se projetam socialmente. Ao contrário, o que se concebe inerente à dignidade da pessoa humana é também, ao lado dessa dimensão estritamente privada de valores, a afirmação social do ser humano. Conforme já dito, a dignidade da pessoa fica, pois, lesada caso ela se encontre em uma situação de completa privação de instrumentos de mínima afirmação social. Isso porque na qualidade de ser necessariamente integrante de uma comunidade, o indivíduo tem assegurado por este princípio não apenas a intangibilidade de valores individuais básicos, como também um mínimo de possibilidade de afirmação no plano social circundante. Na medida desta afirmação social é que desponta o trabalho, notadamente o trabalho regulado, em sua modalidade mais bem elaborada, o emprego.¹⁵

Nessa esteira, os direitos sociais trabalhistas que tratam da limitação da duração do trabalho, com reflexos no campo da saúde e da segurança, na preservação do meio ambiente de trabalho, na ampliação de postos remuneratórios e na definição de patamares remuneratórios, constituem normas de ordem pública, inserindo-se no Texto Constitucional como direitos sociais fundamentais.¹⁶

Assim, os dispositivos infraconstitucionais que tratam da duração da jornada de trabalho e os aspectos a ela relacionados devem ser interpretados à luz da teoria constitucional dos direitos fundamentais, cujo núcleo reside na dignidade da pessoa humana. A Constituição,

¹³ DELGADO, Gabriela Neves. *Direito Fundamental ao Trabalho Digno*. 2ª ed. São Paulo: LTr, 2015, p. 178-186.

¹⁴ DELGADO, Maurício Godinho. DELGADO, Gabriela Neves. O Princípio da Dignidade da Pessoa Humana e o Direito do Trabalho. *Diálogos entre o Direito do Trabalho e o Direito Constitucional: estudos em homenagem a Rosa Maria Weber*. São Paulo: Saraiva, 2014, p. 208-212.

¹⁵ Ibid., p. 212.

¹⁶ PORTO, Noemia. Duração do trabalho e a Lei n. 13.467/2017: desafios reais da sociedade do presente na contramão da "reforma trabalhista". *Revista do Tribunal Superior do Trabalho*, São Paulo, SP, v. 83, n. 4, out./dez. 2017, p. 293.

ao firmar o direito ao trabalho, garante não só o acesso ao trabalho em si, mas o exercício do trabalho em condições dignas, que, devendo coadunar-se com a recomposição física, mental e emocional do trabalhador e permitir a construção de relações sociais e familiares, mostra-se incompatível com o excesso de jornada.¹⁷

A limitação da duração do trabalho revela-se indispensável à concretização da dignidade da pessoa humana uma vez que busca, em prol do interesse social, proteger a integridade e a harmonia física, psíquica e psicológica do trabalhador.¹⁸

Não obstante, em sentido diametralmente oposto, caminhou a Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017 – a intitulada “Reforma Trabalhista” – ao prever, no artigo 611-A, inciso III, que “as regras de duração do trabalho e intervalos não são consideradas norma de saúde, segurança e higiene do trabalho para os fins do disposto no caput, que versa os objetos ilícitos de convenção ou acordo coletivo.”

Nas palavras de Noemia Porto¹⁹, ao pretender o legislador dissociar a questão da duração do trabalho dos temas de saúde, segurança e preservação do meio ambiente de trabalho, “Trilhou-se o caminho inusitado de construção de texto legal que pretende desdizer a realidade”, ignorando-se os atuais debates no sentido da redução da duração semanal do trabalho em atenção à criação de postos de trabalho e à garantia de qualidade social e de vida aos trabalhadores.

A Lei 13.467/2017, tentando romper com a lógica civilizatória e democrática do Direito do Trabalho, manifesta estratégia de desconstrução do arcabouço constitucional e infraconstitucional normativo que tutela a saúde e a segurança do trabalhador, assim como estimula a intensificação da duração do trabalho. Despreza-se a condição de centralidade da pessoa humana no ordenamento jurídico, político e social, ficando o sujeito trabalhador comprometido não só em sua dimensão individual, mas em nível familiar, comunitário e cívico.²⁰

A matriz constitucional brasileira, vinculada ao paradigma do Estado Democrático de Direito, toma por centro do ordenamento jurídico a pessoa humana, a quem atribui direitos fundamentais. Estando os direitos individuais da pessoa humana do trabalhador, enquanto

¹⁷ PORTO, Noemia. Duração do trabalho e a Lei n. 13.467/2017: desafios reais da sociedade do presente na contramão da "reforma trabalhista". *Revista do Tribunal Superior do Trabalho*, São Paulo, SP, v. 83, n. 4, out./dez. 2017, p. 293.

¹⁸ GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa. *Curso de Direito do Trabalho*. 12ª ed. rev. atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2018, p. 911.

¹⁹ PORTO, op.cit, p. 310.

²⁰ DELGADO, Maurício Godinho. DELGADO, Gabriela Neves. *A Reforma Trabalhista no Brasil: com os comentários à Lei 13.467/2017*. São Paulo: LTr, 2017, p. 39-44.

direitos sociais, abrangidos pela proteção constitucional contra quaisquer reformas, cumpre ao Tribunal Superior do Trabalho – TST, enquanto corte constitucional trabalhista, assegurar interpretação jurídica que respeite o patamar estabelecido no artigo 7º, inciso XIII, da Constituição Federal, sob pena de esvaziamento do conteúdo essencial do direito fundamental ao trabalho digno.²¹

1.2. DURAÇÃO DO TRABALHO: CATEGORIA-CHAVE DO DIREITO DO TRABALHO

1.2.1. Conceito

Como visto, é consagrada pela Constituição Federal, no artigo 7º, inciso XIII, a duração normal do trabalho “não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho.” A duração do trabalho é regida especificamente pelo Capítulo II da CLT, o qual trata da jornada e da duração semanal de trabalho, dos intervalos e dos repousos trabalhistas.

No estudo do tempo de trabalho, cumpre distinguir três noções correlatas: duração do trabalho, jornada de trabalho e horário de trabalho. Embora o legislador e os operadores do Direito com frequência se utilizem do vocábulo “jornada” para designar qualquer lapso de tempo de trabalho, o conceito técnico do instituto – derivado da origem do verbete, que envolve a noção de dia – diz respeito ao número de horas diárias em que o trabalhador se coloca à disposição do empregador.²²

Sendo assim, a jornada constitui espécie da qual duração de trabalho é gênero, compondo esta última “o lapso temporal de labor ou disponibilidade do empregado perante seu empregador em virtude do contrato, considerados distintos parâmetros de mensuração: dia (duração diária ou jornada), semana (duração semanal), mês (duração mensal), e até mesmo o ano (duração anual).²³

Por fim, o horário de trabalho é determinado pela “hora de entrada e de saída do trabalhador no emprego”²⁴.

²¹ LEMOS, Maria Cecília de Almeida Monteiro. *O dano existencial nas relações de trabalho intermitentes: reflexões na perspectiva do direito fundamental ao trabalho digno*. Tese de Doutorado, Faculdade de Direito, Universidade de Brasília, 2018, p. 189.

²² CASSAR, Vólia Bomfim. *Direito do Trabalho: de acordo com a reforma trabalhista Lei 13.467/2017*. 15ª ed. rev. atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense. São Paulo: Método, 2018, p. 609-610.

²³ DELGADO, Maurício Godinho. *Curso de Direito do Trabalho*. 17ª ed. São Paulo: LTr, 2018, p. 1025.

²⁴ CASSAR, op. cit., p. 610.

1.2.2. Critérios básicos e especiais de fixação da jornada

No Direito do Trabalho, há três critérios básicos para se determinar a abrangência da jornada de trabalho: tempo efetivamente trabalhado, tempo à disposição e tempo de deslocamento. A ordem justralhista brasileira adota o critério básico informador do tempo à disposição, permitindo, no entanto, em situações especiais, o influxo de regras derivadas de outros critérios.

O tempo efetivamente trabalhado afasta do cômputo da jornada de trabalho quaisquer períodos em que não ocorra efetiva prestação de labor.²⁵ Consoante leciona Mauricio Godinho Delgado, “exclui-se do cálculo da jornada todo e qualquer lapso temporal que não consista em direta transferência de força de trabalho em benefício do empregador.”²⁶

No que concerne ao tempo à disposição, integram a jornada de trabalho o tempo em que o empregado permanece à disposição do empregador no centro de trabalho, quer ocorra prestação de serviço ou não.²⁷ É o que dispõe o artigo 4º da CLT: “considera-se como de serviço efetivo o período em que o empregado esteja à disposição do empregador, aguardando ou executando ordens, salvo disposição especial expressamente consignada”.

O terceiro critério, atinente ao tempo de deslocamento, reputa fazer parte da jornada de trabalho o tempo despendido pelo empregado no trajeto residência–trabalho–residência, alargando a ideia de tempo à disposição.²⁸ A antiga redação do § 2º do artigo 58 da CLT, ratificando a jurisprudência consolidada do TST, incorporou, por meio das chamadas “horas *in itinere*”, o critério do tempo de deslocamento para os casos especiais em que o trabalhador fosse transportado ao local de trabalho – de difícil acesso ou não servido por transporte público – por condução fornecida pelo empregador.

Embora o critério do tempo efetivamente trabalhado não seja o eleito pela ordem justralhista brasileira, toma força com a Reforma Trabalhista, conforme já pontuado, tendência de mitigação do tempo à disposição enquanto componente da jornada e de desvalorização do trabalho em si. Cite-se a inclusão do § 2º ao artigo 4º – que flexibiliza o limite relativo a variações de horário no registro de ponto a favor do empregador e retira do conceito de tempo à disposição alguns lapsos temporais anteriormente tido como integrantes

²⁵ GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa. *Curso de Direito do Trabalho*. 12ª ed. rev. atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2018, p. 914.

²⁶ DELGADO, op.cit., p. 1028.

²⁷ Ibid., p. 1028.

²⁸ CASSAR, Vólia Bomfim. *Direito do Trabalho: de acordo com a reforma trabalhista Lei 13.467/2017*. 15ª ed. rev. atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense. São Paulo: Método, 2018, p. 615-618.

da jornada –, a supressão das horas *in itinere* na nova redação do artigo 58, § 2º e a introdução da figura do contrato de trabalho intermitente, delimitada no artigo 452-A.²⁹

Normas específicas de regência de certas categorias profissionais adotam os critérios especiais de cômputo de jornada do tempo de prontidão e de sobreaviso, originariamente previstos para a classe dos ferroviários na CLT. Tratam-se de posições intermediárias entre o tempo à disposição e o tempo extracontratual, tendo o legislador atribuído consequência contratual ao fato de o obreiro ter sua liberdade pessoal restringida enquanto permanece nas imediações do local de trabalho ou na residência aguardando ordem do empregador.³⁰

O tempo de prontidão, disposto no § 3º do artigo 244 da CLT, compreende o período em que o ferroviário permanece nas dependências da estrada, aguardando ordens do empregador, e é remunerado à razão de $\frac{2}{3}$ da hora normal. Já o sobreaviso, previsto no § 2º do artigo 244 da CLT, constitui o tempo em que o ferroviário permanece em sua residência, aguardando o chamado do empregador para o serviço, devendo ser remunerado a $\frac{1}{3}$ da hora normal. O TST acolheu, por meio da Súmula nº 428³¹, a tese de aplicação analógica do instituto do sobreaviso aos empregados que, por meio de BIPs, pagers, celulares ou outros instrumentos telemáticos, permaneçam aguardando ordens ou sejam controlados à distância pelo empregador.

1.2.3. Jornada extraordinária

O trabalho ou tempo de disponibilidade que ultrapasse o patamar normal de jornada é considerado extraordinário. São considerados meios regulares de prorrogação da jornada de trabalho³² o acordo de prorrogação de jornada de trabalho – artigo 59, *caput*, da CLT, tendo sido suprimida pela Lei nº 13.467/2017 a exigência da forma escrita –, o regime de compensação de jornada – artigo 59, § 2º –, e a prorrogação decorrente de necessidade

²⁹ DELGADO, Maurício Godinho. *Curso de Direito do Trabalho*. 17ª ed. São Paulo: LTr, 2018, p. 1026.

³⁰ Ibid., p. 1033-1034.

³¹ Súmula nº 428 do TST:

I - O uso de instrumentos telemáticos ou informatizados fornecidos pela empresa ao empregado, por si só, não caracteriza o regime de sobreaviso.

II - Considera-se em sobreaviso o empregado que, à distância e submetido a controle patronal por instrumentos telemáticos ou informatizados, permanecer em regime de plantão ou equivalente, aguardando a qualquer momento o chamado para o serviço durante o período de descanso.

³² GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa. *Curso de Direito do Trabalho*. 12ª ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2018, p. 958-971.

imperiosa – artigo 61, *caput* e parágrafos 1º e 2º –, ou para recuperação de tempo de não realização de trabalho – artigo 61, § 3º.

As horas extraordinárias, excetuando-se o regime de compensação de jornada – no qual o excesso de horas laboradas é compensado mediante a diminuição da jornada em dia posterior –, devem ser remuneradas em valor ao menos 50% superior ao da hora normal, conforme o parâmetro estabelecido pela Constituição Federal no artigo 7º, inciso XVI. As prorrogações irregulares, por força da teoria das nulidades, devem ser pagas ao empregado da mesma forma que prorrogações lícitas, respondendo o empregador também por penalidade administrativa.³³

Embora a doutrina e a jurisprudência, em grande parte, considerem ser compatível com a Constituição Federal de 1988 a prorrogação da jornada meramente suplementar por acordo bilateral ou coletivo prevista no referido dispositivo, interpretação possível e defendida por Mauricio Godinho Delgado³⁴ é de que o Texto Constitucional, no sentido de desestimular a sobrejornada e proteger a saúde e a segurança do trabalhador, teria permitido tão somente a prorrogação de jornada decorrente do regime de compensação ou em virtude de fatores estritamente excepcionais.

A despeito do limite de duas horas extras diárias albergado pela CLT, a Lei nº 13.467/2017 previu, por meio da inserção do artigo 59-A à CLT, a instituição de regime de compensação fixa de trabalho de doze horas trabalhadas por trinta e seis de descanso (12x36) mediante acordo individual escrito, convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho, antes autorizado pela jurisprudência somente por instrumento de negociação coletiva.

O controle e a fiscalização da jornada de trabalho pelo empregador são a regra no Direito do Trabalho brasileiro. Contudo, o artigo 62 da CLT, exclui do regime de duração do trabalho previsto em seu Capítulo II três hipóteses de labor: atividade externa incompatível com a fixação de horário – situação em que eram frequentemente enquadrados pelos Tribunais trabalhistas os motoristas profissionais, como se verá adiante –, cargo de gestão e teletrabalho, este último inserido pela Lei nº 13.467/2017. Tratam-se de presunções jurídicas de ausência de controle de jornada, podendo, no entanto, ser desconstituídas por prova em contrário pelo empregado. A insuscetibilidade de controle e fiscalização da jornada de trabalho impossibilita a verificação do tempo efetivamente laborado e, por consequência, a aferição da prestação de horas extraordinárias.³⁵

³³ DELGADO, Maurício Godinho. *Curso de Direito do Trabalho*. 17ª ed. São Paulo: LTr, 2018, p. 1086.

³⁴ *Ibid.*, p. 1085.

³⁵ CASSAR, Vólia Bomfim. *Direito do Trabalho: de acordo com a reforma trabalhista Lei 13.467/2017*. 15ª ed. rev. atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense. São Paulo: Método, 2018, p. 653.

1.2.4. Períodos de descanso: intervalos intrajornada e interjornada e repouso semanal

Os períodos de descanso estão intimamente relacionados à duração do trabalho, na medida em que possibilitam a sustação da prestação do serviço e a recomposição do empregado, visando à proteção da saúde, do bem-estar e da segurança no trabalho.³⁶

O intervalo intrajornada, atribuído a fim de oportunizar o descanso e a refeição, é regulado pelo artigo 71 da CLT, cujo *caput* estabelece a obrigatoriedade da concessão de intervalo de, no mínimo, uma hora aos empregados que realizem atividades contínuas excedentes a seis horas de duração. O limite máximo é de duas horas, salvo acordo individual escrito ou instrumento de negociação coletiva. Trata-se de hipótese de suspensão contratual, não havendo remuneração pelo período.³⁷

O artigo 71, § 3º, da CLT, prevê a possibilidade de redução do intervalo abaixo do mínimo legal por autorização do Ministério do Trabalho. A redução e o fracionamento por norma coletiva passam a ser possíveis ante a inserção, pela Lei nº 13.467/2017, do já comentado artigo 611-A, respeitado o mínimo de trinta minutos. Outra novidade atribuída à Reforma Trabalhista é o § 4º, que, em relação ao intervalo intrajornada trabalhado ou concedido parcialmente, determina o pagamento, de natureza indenizatória, tão somente da parcela suprimida.

Também caracteriza suspensão do contrato de trabalho o intervalo interjornada, assegurando o artigo 66 da CLT onze horas consecutivas de descanso entre duas jornadas de trabalho. Havendo supressão do referido intervalo, consoante a Orientação Jurisprudencial nº 355 da Seção I Especializada de Dissídios Individuais – SBDI³⁸, aplica-se analogicamente o previsto no artigo 71, § 4º, da CLT – concernente ao intervalo intrajornada –, devendo ser pagas horas extraordinárias pelo período não concedido.³⁹

O intervalo intersemanal, também chamado de descanso semanal, previsto no artigo 7º, inciso XV, da Constituição Federal e no artigo 67 da CLT, consiste no lapso de, no mínimo, vinte e quatro horas que deve intercalar dois períodos semanais de trabalho, preferencialmente

³⁶ GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa. *Curso de Direito do Trabalho*. 12ª ed. rev. atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2018, p. 981.

³⁷ Ibid., p. 983-986.

³⁸ “O desrespeito ao intervalo mínimo interjornadas previsto no art. 66 da CLT acarreta, por analogia, os mesmos efeitos previstos no § 4º do art. 71 da CLT e na Súmula nº 110 do TST, devendo-se pagar a integralidade das horas que foram subtraídas do intervalo, acrescidas do respectivo adicional”.

³⁹ GARCIA, op.cit, p. 1000-1002.

aos domingos. À diferença dos intervalos anteriormente mencionados, sua natureza jurídica é de interrupção contratual, sendo, portanto, remunerado. O intervalo intersemanal e o interjornada não se compensam, de modo que, ao final de uma semana laborada o empregado tem direito a, no mínimo, trinta e cinco horas de descanso. Finalmente, consoante disposição do artigo 9º da Lei nº 605/1949, o desrespeito à fruição do repouso semanal enseja o pagamento ao obreiro de remuneração em dobro pelo período, além daquela que é devida pelo dia de repouso.⁴⁰

Conforme pondera Mauricio Godinho Delgado, os intervalos interjornadas e o repouso semanal, para além de objetivarem a recomposição física do trabalhador, permitem a ele inserir-se nos contextos comunitários, assumindo papéis enquanto ser familiar, social e político.⁴¹

Vê-se que a limitação da duração do trabalho, bem como a integral fruição dos intervalos, para além das questões ligadas à saúde e a segurança laborais, estão estreitamente vinculadas à possibilidade de realização do trabalhador enquanto ser humano digno.

1.3. LEI Nº 13.013/2015: REPERCUSSÕES NA JORNADA DE TRABALHO DO MOTORISTA PROFISSIONAL

A opção política pela ampla implantação de rodovias ao longo do desenrolar histórico tornou o Brasil fortemente dependente do transporte rodoviário de cargas e passageiros, assumindo os trabalhadores que realizam o serviço posição de extrema importância para a produtividade econômica do país.

Compõem a categoria dos motoristas profissionais os motoristas de veículos automotores cuja condução exija formação profissional e que exerçam a ocupação de transporte rodoviário de passageiros ou de cargas.⁴²

Até o início do ano de 2012, carecia de regulamentação específica a atividade desses trabalhadores, os quais eram frequentemente enquadrados pela Justiça do Trabalho na condição de trabalhadores externos. Nesse sentido, presumia-se não ser a sua jornada de trabalho passível

⁴⁰ DELGADO, Mauricio Godinho. *Curso de Direito do Trabalho*. 17ª ed. São Paulo: LTr, 2018, p. 1132-1148.

⁴¹ Ibid., p. 1132.

⁴² BELMONTE, Alexandre Angra. A nova lei dos motoristas profissionais (nº 13.103/2015) e as questões jurídicas decorrentes. *Revista do Tribunal Superior do Trabalho*, v. 82, n. 1, jan./mar. 2016, p. 24.

de controle pelo empregador, o que obstava o pleito do pagamento de verbas decorrentes de sobrejornada.⁴³

O desgaste resultante das longas jornadas de trabalho enfrentadas pelos motoristas – de que decorre usual consumo de drogas –, bem como os altos índices de acidentes nas estradas, demandavam intervenção do legislador no sentido de garantir condições dignas aos trabalhadores e segurança aos terceiros usuários das estradas.⁴⁴

Nesse contexto, foi editada a Lei nº 12.619, de 30 de abril de 2012, – popularmente conhecida como “Lei do Descanso” –, responsável por acrescentar à CLT a Seção IV, a conter disposições específicas a respeito, principalmente, do controle da jornada de trabalho e dos intervalos dos trabalhadores rodoviários, adequando-os às peculiaridades do labor desenvolvido.

O legislador limitou a jornada de trabalho dos motoristas profissionais segundo os parâmetros vigentes para os demais trabalhadores e fixou expressamente o seu direito ao controle de jornada – a “bandeira histórica”⁴⁵ da categoria –, além de ter instituído o tempo de reserva e mantido, de forma considerável, o padrão dos repousos semanal, interjornada e intrajornada.

O regramento, no entanto, foi mal recebido, sobretudo pelo empresariado, ante o encarecimento dos custos e a consequente redução da rentabilidade econômica da atividade, dando cabo a protestos sob a forma de paralisações que ameaçavam impedir o escoamento da produção nacional nas estradas.⁴⁶

Prevaleceram os interesses econômicos voltados à rentabilidade do serviço, tendo advindo, em curtíssimo espaço de tempo, nova regulamentação para a categoria. A Lei nº 13.103/2015 – a chamada “Lei dos Caminhoneiros” – revogou diversos institutos de sua

⁴³ CARDOSO, Deborah. Uma nova perspectiva sobre o transporte rodoviário de carga no Brasil: jornada de trabalho do motorista profissional à luz da Lei nº 13.103/2015. *Revista do Tribunal Superior do Trabalho*, v. 82, n. 1, jan./mar. 2016, p. 77-81.

⁴⁴ BELMONTE, Alexandre Angra. A nova lei dos motoristas profissionais (nº 13.103/2015) e as questões jurídicas decorrentes. *Revista do Tribunal Superior do Trabalho*, v. 82, n. 1, jan./mar. 2016, p. 24.

⁴⁵ COELHO, Luciano Augusto de Toledo. As Leis 12.619/2012 e 13.103/2015 e flexibilização da jornada de trabalho do motorista em transporte rodoviário de passageiros e de cargas. *Revista eletrônica [do] Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, Curitiba*, PR, v. 5, n. 45, out. 2015, p. 35.

⁴⁶ CARVALHO, Augusto César Leite de. A nova lei dos motoristas profissionais: a dificuldade de ponderar interesses de patrões, empregados, passageiros e usuários das estradas brasileiras. *Como aplicar a CLT a luz da Constituição: alternativas para os que militam no foro trabalhista*. São Paulo: LTr, 2016, p. 390.

predecessora e promoveu expressivas alterações que, além de nocivas para a segurança dos motoristas, revelam verdadeiro retrocesso em termos de proteção trabalhista.⁴⁷⁴⁸

Aliada aos atuais movimentos flexibilizadores da regulação trabalhista, a Lei nº 13.103/2015 buscou subverter a lógica constitucional de limitação da jornada de trabalho ao promover intenso elástico da carga horária do motorista profissional.⁴⁹ As principais alterações promovidas pelo diploma, no que tange à duração do trabalho e aspectos a ela relacionados, serão a seguir pormenorizadas.

1.3.1. Jornada de doze horas

Salta aos olhos, já de início, o *caput* do artigo 235-C da CLT, a prever a possibilidade de ajuste, mediante acordo ou convenção coletiva, de uma jornada diária de trabalho com até quatro horas extraordinárias. Autorizou o legislador a configuração, somadas as quatro horas excedentes ao padrão de oito horas, de uma jornada legal de doze horas para o motorista profissional (metade de um dia!).⁵⁰ Ademais, a teor do §13 do mesmo dispositivo, a jornada do motorista, salvo disposição contratual, não tem horário fixo de início e de término.

Também o artigo 235-F inserido na CLT avaliza a instituição, por meio de acordo ou convenção coletiva, da jornada especial de doze horas por trinta e seis de descanso em regime de compensação. A Lei nº 12.619/2012, apesar de já autorizar tal regime, o fazia sob a condição de especificidade do transporte, sazonalidade ou outra característica que o justificasse.

O parágrafo 8º do artigo 235-D da CLT, por sua vez, autoriza, no caso do transporte “de cargas vivas, perecíveis e especiais em longa distância ou em território estrangeiro” a fixação da jornada de trabalho mediante instrumento de negociação coletiva, ausente referência a qualquer tipo de limitação.

⁴⁷ CARVALHO, Augusto César Leite de. A nova lei dos motoristas profissionais: a dificuldade de ponderar interesses de patrões, empregados, passageiros e usuários das estradas brasileiras. *Como aplicar a CLT a luz da Constituição: alternativas para os que militam no foro trabalhista*. São Paulo: LTr, 2016, p. 392.

⁴⁸ A constitucionalidade da Lei nº 13.103/2015 foi questionada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Terrestres – CNTT mediante o ajuizamento, em 20/05/2015, da ação direta de constitucionalidade nº 5.322. Apesar de o relator, Ministro Alexandre de Moraes, em 05/03/2018, ter liberado relatório e pedido dia para julgamento, o processo, até o momento, não foi incluído pela Presidência na pauta do Plenário do Supremo Tribunal Federal (conforme consulta ao andamento processual em 06/04/2019).

⁴⁹ DELGADO, Maurício Godinho. *Curso de Direito do Trabalho*. 17ª ed. São Paulo: LTr, 2018, p. 1028.

⁵⁰ ROCHA, Ana Luísa Gonçalves. Jornada de trabalho excessiva do motorista profissional: dano existencial em perspectiva. *Revista Dos Estudantes De Direito Da UnB*, n. 15, 2018, 239-246.

Premente que não se deve desconsiderar o importante papel exercido pelos instrumentos de negociação coletiva, sobretudo no sentido de se atender às condições diferenciadas de trabalho experimentadas por cada categoria profissional. Não obstante, conforme pontuam Paulo Douglas Almeida de Moraes⁵¹ e Augusto César Leite de Carvalho⁵², não se pode atribuir a prevalência do acordado sobre o legislado em relação a normas que garantam um patamar civilizatório mínimo aos trabalhadores.

Comenta Gustavo Filipe Barbosa Garcia ser a autorização legislativa da prorrogação da jornada dos motoristas em até quatro horas, “aspecto que certamente pode dar margem a críticas e controvérsias, inclusive quanto à constitucionalidade, por envolver excesso de labor justamente em atividade que exige cuidados especiais quanto à segurança.”⁵³

Afastando-se do princípio protetivo, que deveria guiar especialmente a regulamentação da jornada de uma categoria que tanto sofreu com a ausência de parâmetros legais de controle, a Lei dá margem, portanto, ao cumprimento de jornadas excessivas.

1.3.2. Nova regulamentação do tempo de espera e supressão do tempo de reserva

Além do critério básico de fixação de jornada do tempo à disposição, à categoria do motorista profissional relacionam-se dois lapsos temporais especiais, regulamentados pela Lei nº 12.619/2012 e posteriormente alterados pela Lei nº 13.103/2015, chamados de “tempo de espera” e “tempo de reserva”.

Merecem realce os parágrafos 1º, 8º, 9º, 11º e 12º do artigo 235-C e o parágrafo 3º do artigo 235-F da CLT, cujas alterações conceituaram e regulamentaram o chamado “tempo de espera”, já previsto na legislação de 2012. Consignou-se não compor a jornada de trabalho o tempo em que o empregado permanece aguardando carga ou descarga nas dependências do embarcador ou do destinatário – ainda que ele tenha que movimentar o veículo –, tampouco o período gasto nas barreiras alfandegárias com a fiscalização das cargas.⁵⁴

⁵¹ MORAES, Paulo Douglas Almeida de. Negociado sobre o legislado: uma proposta em que todos perdem: transporte rodoviário de cargas, um eloquente exemplo. *Revista do Tribunal Superior do Trabalho*, São Paulo, SP, v. 82, n. 4, out./dez. 2016, p. 261.

⁵² CARVALHO, Augusto César Leite de. Trabalho rodoviário: reflexões sobre a reforma legal de 2015. *Revista do Tribunal Superior do Trabalho*, São Paulo, v. 82, n. 1, jan./mar. 2016, p. 61-62.

⁵³ GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa. *Curso de Direito do Trabalho*. 12ª ed. rev. atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2018, p. 961.

⁵⁴ ROCHA, Ana Luísa Gonçalves. Jornada de trabalho excessiva do motorista profissional: dano existencial em perspectiva. *Revista Dos Estudantes De Direito Da UnB*, n. 15, 2018, 239-246.

A Lei nº 13.103/2015, inclusive, reduz a retribuição do “tempo de espera” para 30% do salário-hora, quando, sob a égide da lei anterior, a indenização se dava com base no salário-hora normal, acrescido de 30%. Ademais, conforme se depreende da redação do § 11, a espera superior a duas horas ininterruptas, caso o local ofereça condições adequadas, será considerada tempo de repouso para fins de concessão de intervalo intrajornada.⁵⁵

As precisas ponderações de Augusto César de Carvalho atentam para a paradoxal exclusão do “tempo de espera” da composição da jornada de trabalho e uma possível burla ao instituto das horas extraordinárias:

Trata-se, ao que se nota, de tempo em que o motorista aguarda carga, descarga ou fiscalização de postos fiscais ou alfandegários além da sua jornada normal de oito horas, ou de jornada que terá alcançado dez ou doze horas, a prevalecer o que preceitua a Lei n. 13.103/2015. Em princípio, esse tempo seria extraordinário e deveria ser remunerado com o adicional mínimo de 50%, porque assim imporia o art. 7º, XVI, da Constituição.

A jornada de trabalho, truísmo é dizer, não se esgota no tempo em que o empregado executa tarefas manuais, pois compreende também aquele no qual o empregado permanece à disposição de seu empregador (acompanhando o carregamento ou descarregamento da carga que lhe foi confiada por exemplo).⁵⁶

Nessa toada, faz-se necessário pontuar a derrogação do artigo 235-E, § 6º da CLT e a consequente supressão do chamado “tempo de reserva”, considerado o período no qual o motorista, em revezamento de turnos, repousava com o veículo em movimento dirigido por seu colega.

A Lei nº 12.619/2012, embora não remunerasse integralmente o tempo de reserva como tempo à disposição do empregador, oferecia alguma tipo de contrapartida – 30% da hora de trabalho – para essa espécie de “descanso compulsório”, em que o motorista não necessariamente irá relaxar, diante da apreensão de encontrar-se no interior de um veículo em movimento.⁵⁷

É perceptível que, por meio da supressão do tempo de reserva e da descaracterização do tempo de espera como componente suplementar da jornada, a Lei nº 13.103/2015 se alia à

⁵⁵ ROCHA, Ana Luísa Gonçalves. Jornada de trabalho excessiva do motorista profissional: dano existencial em perspectiva. *Revista Dos Estudantes De Direito Da UnB*, n. 15, 2018, p.239-246.

⁵⁶ CARVALHO, Augusto César Leite de. A nova lei dos motoristas profissionais: a dificuldade de ponderar interesses de patrões, empregados, passageiros e usuários das estradas brasileiras. *Como aplicar a CLT a luz da Constituição: alternativas para os que militam no foro trabalhista*. São Paulo: LTr, 2016, p. 394.

⁵⁷ Ibid.

tendência que toma força com a Reforma Trabalhista – principalmente no tocante ao trabalho intermitente e à nova redação do artigo 4º da CLT – de mitigação do tempo à disposição enquanto parte da jornada.⁵⁸

1.3.3. Intervalos, parada obrigatória e repouso semanal

A Lei nº 13.103/2015, apesar de assegurar aos motoristas o intervalo intrajornada de uma hora, acrescenta ao parágrafo 2º do artigo 235-C da CLT a possibilidade de que esse intervalo coincida com o tempo de parada obrigatória previsto no artigo 67-C do Código de Trânsito Brasileiro – CTB.⁵⁹

A parada obrigatória, em relação aos motoristas de cargas, deve ser de trinta minutos, passível de fracionamento dentro de um período máximo de seis horas, não podendo o tempo de direção ininterrupta ultrapassar cinco horas e meia. Para o transporte rodoviário de passageiros, a parada obrigatória deve acontecer por trinta minutos a cada quatro horas, podendo ser fracionada em períodos de, no mínimo, cinco minutos.

A Lei nº 13.103/2015 inova ao permitir, no artigo 235-E, inciso II, da CLT, o fracionamento do intervalo intrajornada do motorista de transporte de passageiros em dois períodos. Especificamente em relação ao transporte coletivo de passageiros com duração diária superior a seis horas, o artigo 71, § 5º, da CLT consente não apenas com a fragmentação, mas também com a redução do intervalo intrajornada de uma hora mediante negociação coletiva. Novamente, atribui-se à autonomia coletiva da vontade o poder de negociar direito ligado a saúde e a segurança do trabalhador.⁶⁰

Assegura-se ao motorista profissional intervalo interjornada padrão de onze horas. Não obstante, a Lei nº 13.103/2015 tornou possível, por meio da inserção na CLT do parágrafo 3º do artigo 235, o fracionamento em dois períodos – um de, no mínimo, oito horas, e o outro a ser usufruído dentro das dezesseis horas seguintes ao término do primeiro. Autoriza-se, também, a coincidência do intervalo interjornada com períodos de parada obrigatória.⁶¹

⁵⁸ ROCHA, Ana Luísa Gonçalves. Jornada de trabalho excessiva do motorista profissional: dano existencial em perspectiva. *Revista Dos Estudantes De Direito Da UnB*, n. 15, 2018, 239-246.

⁵⁹ CARVALHO, Augusto César Leite de. A nova lei dos motoristas profissionais: a dificuldade de ponderar interesses de patrões, empregados, passageiros e usuários das estradas brasileiras. *Como aplicar a CLT a luz da Constituição: alternativas para os que militam no foro trabalhista*. São Paulo: LTr, 2016, p. 394.

⁶⁰ Ibid., p. 395.

⁶¹ Ibid., p. 396.

No tocante ao repouso semanal em viagens de longa distância com duração superior a sete dias, consoante disposição do *caput* do artigo 235-D da CLT, o motorista gozará, no retorno à base ou domicílio, de descanso de vinte e quatro horas por semana ou fração trabalhada, acrescidas do intervalo interjornada de onze horas, totalizando trinta e cinco horas. No parágrafo 1º do mesmo dispositivo, o legislador admite o fracionamento do referido descanso semanal cumulado em dois períodos – um de ao menos trinta horas ininterruptas, a ser cumprido na mesma semana e em continuidade a um período de repouso diário –, limitada a cumulação a três descansos consecutivos – artigo 235-D, § 2º, da CLT.⁶²

Da análise dos dispositivos em comento, referentes aos intervalos para repouso, descanso e refeição, depreende-se, mais uma vez, o sacrifício dos direitos dos trabalhadores em prol da rentabilidade da atividade empresarial. Mediante a ampla autorização ao fracionamento desses períodos intervalares e à coincidência entre eles – o que implica em menor tempo de pausa – propicia-se a configuração de jornadas excessivas.

Diante de todas as questões expostas, não parece razoável imaginar que um trabalhador que labora com frequência uma jornada de doze horas, – às quais serão somados os períodos em que tem de aguardar a carga e a descarga dos itens transportados e ainda os momentos de espera nas barreiras fiscais e alfandegárias –, consiga dar andamento a um projeto de futuro – seja profissional, intelectual ou social –, tampouco consiga manter uma relação sadia com seus familiares e amigos, situação que comprometeria a sua dignidade enquanto ser humano.

Sendo certo que a exigência abusiva do cumprimento de jornadas extraordinárias pode ensejar, como se verá, a condenação da empregadora ao pagamento de indenização por dano existencial, a submissão do motorista profissional a condições de duração de trabalho que violem o direito a um projeto de vida e uma vida de relações poderão dar cabo à caracterização do dano existencial, conforme a tese desenvolvida por Maria Cecilia Lemos em relação ao trabalho intermitente, que serve de marco teórico para esta pesquisa.⁶³

⁶² CARVALHO, Augusto César Leite de. A nova lei dos motoristas profissionais: a dificuldade de ponderar interesses de patrões, empregados, passageiros e usuários das estradas brasileiras. *Como aplicar a CLT a luz da Constituição: alternativas para os que militam no foro trabalhista*. São Paulo: LTr, 2016, p. 396-397.

⁶³ LEMOS, Maria Cecilia de Almeida Monteiro. *O dano existencial nas relações de trabalho intermitentes: reflexões na perspectiva do direito fundamental ao trabalho digno*. Tese de Doutorado, Faculdade de Direito, Universidade de Brasília, 2018.

CAPÍTULO II – DANO EXISTENCIAL: PROTEÇÃO AO PROJETO DE VIDA E À VIDA DE RELAÇÕES DO TRABALHADOR

2.1. PROTEÇÃO INTEGRAL À PESSOA HUMANA E RESPONSABILIDADE CIVIL

A teoria da responsabilidade civil advém da necessidade social e humana de sujeição do causador de um determinado prejuízo à reparação do dano causado. Conforme descreve Caio Mário da Silva Pereira, “a responsabilidade civil consiste na efetivação da reparabilidade abstrata do dano em relação a um sujeito passivo da relação jurídica que se forma”.⁶⁴

Carlos Roberto Gonçalves destaca a responsabilidade civil como fenômeno social: “Quem pratica um ato, ou incorre numa omissão de que resulte dano, deve suportar as consequências do seu procedimento. Trata-se de uma regra elementar de equilíbrio social, na qual se resume, em verdade, o problema da responsabilidade”.⁶⁵

Associam-se a maquinização da produção e os frequentes acidentes de trabalho à evolução da responsabilidade civil, buscando atender à necessidade de proteção da pessoa ante a complexidade das relações e do exercício de atividades de risco.⁶⁶ O desenvolvimento da sociedade e os avanços tecnológicos expõem os indivíduos, cada vez mais, a diversas situações de risco, demandando do Direito a expansão das garantias às vítimas de danos e a ampliação dos bens jurídicos tutelados.⁶⁷

Após o fim da Segunda Guerra Mundial, toma força um discurso antropocêntrico e de valorização da pessoa, que erige o ser humano, em sua própria existência e dignidade, como protagonista do sistema jurídico. Um dos aspectos dessa mudança cultural significou trazer para o campo de proteção da responsabilidade civil, além do patrimônio material do indivíduo, o seu patrimônio imaterial.⁶⁸

A conscientização sobre a necessidade de preservação de integridade do ser humano desloca o foco da responsabilidade civil do agente causador para a vítima do dano injusto, modificando os critérios de reparação e posicionando o ser humano como centro do sistema de reparação civil contemporâneo.⁶⁹

⁶⁴ PEREIRA, Caio Mário da Silva. *Responsabilidade Civil*. 11ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016, p. 14.

⁶⁵ GONÇALVES, Carlos Roberto. *Responsabilidade Civil*. 16ª edição. São Paulo, Saraiva, 2015. p. 47.

⁶⁶ SOARES, Flaviana Rampazzo. *Responsabilidade civil por dano existencial*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009, p. 24.

⁶⁷ NASCIMENTO, Sônia Mascaro. O dano extrapatrimonial e a Lei nº 13.467/2017. *Revista LTR: legislação do trabalho*, v. 81, n. 9, set. 2017, p. 1041.

⁶⁸ SOARES, op. cit., p. 25-28.

⁶⁹ PEREIRA, op. cit., p. 15.

A teoria tradicional da responsabilidade civil, de cunho patrimonialista, evoluiu, não livre de polêmicas, para centrar-se na tutela e na valorização da dignidade da pessoa humana, compreendendo também os danos aos direitos integrantes da personalidade e admitindo a reparabilidade de bens jurídicos, por si só, sem valor estimável financeiramente.⁷⁰ Nesse sentido, definiu Caio Mário da Silva Pereira como dano “toda ofensa a um bem jurídico”, buscando desvencilhar-se de um caráter necessariamente material do prejuízo e propor que a lesão a qualquer direito implica na obrigação de indenizar.⁷¹

Inexistindo referência explícita à reparação do dano moral no Código Civil de 1916, dando margem a discussões doutrinárias, o instituto foi positivado no ordenamento jurídico brasileiro por meio da Constituição Federal de 1988, que dispôs, no artigo 5º, incisos V e X, respectivamente, “é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material ou moral à imagem” e “são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação”, consagrando a reparação integral de danos patrimoniais e extrapatrimoniais.⁷²

Poucos anos depois, em 1992, o Superior Tribunal de Justiça – STJ editou a Súmula nº 37⁷³, que assentou a possibilidade de cumulação de danos materiais e morais. O Código Civil de 2002, na esteira do que foi previsto na Constituição, dispôs, no artigo 186, que “aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito”, ratificando, segundo Amaro Alves de Almeida Neto, a proteção da pessoa humana contra qualquer ilícito que cause prejuízo, seja material ou imaterial⁷⁴.

Elevada a fundamento do Estado Democrático de Direito, a dignidade da pessoa humana é protegida por meio dos direitos fundamentais, essenciais para o asseguramento e a preservação da vida digna e da convivência humana. Apresenta-se a responsabilidade civil,

⁷⁰ PEREIRA, Caio Mário da Silva. *Responsabilidade Civil*. 11ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016, p. 75-76.

⁷¹ Ibid., p. 74.

⁷² ALMEIDA NETO, Amaro Alves de. *Dano existencial: A tutela da dignidade da pessoa humana*, p. 2. Disponível em: <http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/cao_consumidor/doutrinas/DANO%20EXISTENCIAL.doc> Acesso em 24/05/2019.

⁷³ Súmula nº 37 do STJ: São cumuláveis as indenizações por dano material e dano moral oriundos do mesmo fato.

⁷⁴ ALMEIDA NETO, op. cit., p. 4.

portanto, como instrumento disponibilizado pelo Estado para que as lesões a esses direitos sejam respondidas e que a ordem social seja restabelecida.⁷⁵

A pessoa, enquanto centro do ordenamento jurídico, compõe-se de qualidades particulares, ligadas à integridade física e moral, que são objeto de proteção jurídica tanto na Constituição (artigo 5º, inciso V e X) quanto no Código Civil (artigos 11 a 21, 186 e 927). Esses atributos, direitos fundamentais da personalidade, compreendem o direito à vida, ao corpo, à honra, à liberdade, à imagem, à identidade, entre outros bens que podem vir a demandar proteção jurídica, expressando-se no bem-estar, na qualidade de vida e na realização do indivíduo.⁷⁶

O fenômeno da constitucionalização do Direito impõe a interpretação das normas do ordenamento jurídico, inclusive as de Direito Civil, a partir do paradigma normativo constitucional.⁷⁷ Nessa toada, segundo Sônia Mascaro Nascimento, os danos morais vinculam-se a uma “violação de cláusula geral de tutela da dignidade da pessoa humana e dos seus direitos de personalidade”.⁷⁸

O patrimônio, portanto, não se restringe a um acervo material de bens móveis e imóveis passíveis de mensuração econômica, mas também compõe um conjunto de bens e interesses culturais, espirituais e morais, dignos de proteção jurídica.⁷⁹ Nas palavras de Nelson Rosenvald: “Como qualquer modelo jurídico que pretenda se adaptar à leveza e à celeridade dos nossos dias, a responsabilidade se mostra dúctil e maleável às exigências de um direito civil comprometido com as potencialidades transformadoras da Constituição Federal”.⁸⁰

A responsabilização por dano existencial decorre, considerado o “arcabouço principiológico estabelecido pelo Texto Constitucional”, do que Maria Cecília Lemos chama de “leitura alargada do direito à reparação integral dos danos morais” e, também,

⁷⁵ SOARES, Flaviana Rampazzo. *Responsabilidade civil por dano existencial*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009, p. 29-33.

⁷⁶ Ibid., p. 40.

⁷⁷ MOLINA, André Araújo. Dano existencial por violação dos direitos fundamentais ao lazer e a desconexão do trabalhador, *Revista LTr: legislação do trabalho*, v. 81, n. 4, p. 465-477, abr. 2017, p. 468.

⁷⁸ NASCIMENTO, Sônia Mascaro. Dano existencial nas relações de trabalho. *Revista LTR: legislação do trabalho*, v. 78, n. 8, ago. 2014, p. 966.

⁷⁹ ALMEIDA NETO, Amaro Alves de. *Dano existencial: A tutela da dignidade da pessoa humana*, p. 5. Disponível em: <http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/cao_consumidor/doutrinas/DANO%20EXISTENCIAL.doc> Acesso em 24/05/2019.

⁸⁰ ROSENVALD, Nelson. *As funções da responsabilidade civil: a reparação e a pena civil*. 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 2017, p. 21.

especificamente no que tange às relações de trabalho, da “densificação do conteúdo essencial do direito fundamental ao trabalho digno”.⁸¹

Assim, o desenvolvimento de uma sociedade regida pelas disposições de um Estado Democrático de Direito conduz à necessidade de expansão da proteção dos interesses imateriais da pessoa humana e do direito à indenização de quaisquer danos extrapatrimoniais comprometedores da plenitude da existência do ser humano e do desenvolvimento de sua personalidade.

2.2. O INSTITUTO DO DANO EXISTENCIAL

2.2.1. Origem

Atribui-se a origem do dano existencial ao Direito Italiano, no qual a responsabilidade civil funda-se nos artigos 2.043 e 2.059 do Código Civil. O diploma, adotando a classificação dicotômica de dano patrimonial e extrapatrimonial, prevê indenização deste último somente nas hipóteses firmadas em lei ou quando decorrente de um ilícito penal.⁸²

Diante da insuficiência das regras para proteger a pessoa frente ao dano imaterial fruto de ilícito civil, a doutrina italiana, na década de 1960, concebeu o chamado “dano à vida de relação”, proveniente de uma ofensa física ou psíquica que impediria a convivência em sociedade e a realização de atividades recreativas voltadas ao bem-estar do indivíduo, afetando indiretamente a sua capacidade de obter rendimentos. Na verdade, para a configuração do dano à vida de relação, exigia-se a comprovação de um reflexo econômico negativo advindo da alteração no estado de ânimo, de modo que a referida categoria não chegou a constituir uma modalidade de dano extrapatrimonial.⁸³

Foi por meio da sentença nº 184, de quatorze de julho de 1986, que a Corte Constitucional Italiana abriu o caminho para a ampla tutela da dignidade da pessoa humana, cunhando o conceito de dano biológico a partir da violação ao direito constitucional à saúde. Concebeu-se que o artigo 2.043 do Código Civil, como norma de caráter geral, compreenderia

⁸¹ LEMOS, Maria Cecilia de Almeida Monteiro. *O dano existencial nas relações de trabalho intermitentes: reflexões na perspectiva do direito fundamental ao trabalho digno*. Tese de Doutorado, Faculdade de Direito, Universidade de Brasília, 2018, p. 198.

⁸² ALMEIDA NETO, Amaro Alves de. *Dano existencial: A tutela da dignidade da pessoa humana*, p. 16-17. Disponível em: <http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/cao_consumidor/doutrinas/DANO%20EXISTENCIAL.doc> Acesso em 24/05/2019.

⁸³ Ibid., p. 17-19.

qualquer dano injusto, acolhendo, assim, a ofensa ao direito fundamental à saúde, a qual obstruiria as atividades realizadoras da pessoa humana.⁸⁴

Com o tempo, percebeu-se a insuficiência do dano biológico para abarcar todas as lesões aos direitos de personalidade constitucionalmente garantidos, para além do direito à saúde. Jurisprudência e doutrina conceituaram um dano ao desenvolvimento da pessoa enquanto indivíduo, buscando tutelar situações em que o ato ilícito, para além de causar alteração psicofísica, comprometeria as atividades remuneradas ou não remuneradas cotidianas do lesado, como as relações sociais e familiares e os afazeres intelectuais, artísticos e culturais.⁸⁵

Na sentença nº 7.713, de sete de junho de 2000, a Corte de Cassação, consagrando a evolução da proteção à dignidade da pessoa humana, reconheceu a configuração do dano existencial e o direito à indenização correspondente. Notabilizou-se uma nova categoria de dano extrapatrimonial no âmbito da responsabilidade civil, a representar alteração prejudicial ao complexo de atividades e relações que repercutem na existência do indivíduo.⁸⁶

Outros ordenamentos jurídicos adotam institutos assemelhados ao dano existencial italiano. No Direito francês, sob a designação de “*préjudice d’agrément*”, protegeu-se o desenvolvimento das atividades normais à existência humana sob o aspecto dos chamados prejuízos sexual, juvenil ou do lazer. Já as doutrinas inglesa e estadunidense chamaram de “*loss of amenities of life*” o prejuízo, passível de indenização, à capacidade da pessoa de aproveitar a vida e de realizar tarefas cotidianas.⁸⁷

A Corte Interamericana de Direitos Humanos – acolhendo a doutrina do professor peruano Carlos Fernández Sessarego –, em sentença de 12 de setembro de 2005, no caso Gutiérrez Soler vs. Colômbia, condenou o Estado colombiano a indenizar um cidadão torturado e preso injustamente pela violação ao seu projeto de vida, reconhecendo o comprometimento da condição de existência do ser humano.⁸⁸

⁸⁴ ALMEIDA NETO, Amaro Alves de. *Dano existencial: A tutela da dignidade da pessoa humana*, p. 20-24. Disponível em: <http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/cao_consumidor/doutrinas/DANO%20EXISTENCIAL.doc> Acesso em 24/05/2019.

⁸⁵ Ibid., p. 24-31.

⁸⁶ SOARES, Flaviana Rampazzo. *Responsabilidade civil por dano existencial*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009, p. 43-44.

⁸⁷ Ibid., p. 48-50.

⁸⁸ MOLINA, André Araújo. Dano existencial por violação dos direitos fundamentais ao lazer e a desconexão do trabalhador, *Revista LTr: legislação do trabalho*, v. 81, n. 4, abr. 2017, p. 473.

No Brasil, doutrinadores passaram a defender a admissão do dano existencial no ordenamento jurídico pátrio, tendo em vista as disposições constitucionais e civilistas que compõem a reparabilidade dos danos imateriais causados à pessoa humana, centro do ordenamento jurídico. Sob a premissa de que qualquer dano à pessoa, mesmo que sem consequências financeiras, deve ser reparado, entendeu-se, assim como na Itália, que o ato que cause prejuízo ao projeto de vida e a vida de relações do indivíduo deve ser indenizado.⁸⁹

2.2.2. Conceito

Amaro Alves de Almeida Neto vê no dano existencial “a consagração jurídica da defesa plena da dignidade da pessoa humana”⁹⁰, caracterizando-o como uma violação a qualquer direito fundamental que acarrete “uma alteração danosa no modo de ser do indivíduo ou nas atividades por ele executadas com vistas ao projeto de vida pessoal”.⁹¹

Constatando que o dano existencial – apesar de poder ter repercussões ainda maiores que as do dano moral propriamente dito –, não recebia a devida atenção pelos aplicadores da responsabilidade civil, Flaviana Rampazzo propôs-se a explorar seus fundamentos e caracterizá-lo enquanto espécie autônoma e digna de proteção, assim conceituando-o:

O dano existencial é a lesão ao complexo de relações que auxiliam no desenvolvimento normal da personalidade do sujeito, abrangendo a ordem pessoal ou a ordem social. É uma afetação negativa, total ou parcial, permanente ou temporária, seja a uma atividade, seja a um conjunto de atividades que a vítima do dano, normalmente, tinha como incorporado ao seu cotidiano e que, em razão do efeito lesivo, precisou modificar em sua forma de realização, ou mesmo suprimir de sua rotina.

O dano existencial se consubstancia, como visto, na alteração relevante da qualidade de vida, vale dizer, em um “ter que agir de outra forma” ou em um “não poder mais fazer como antes”, suscetível de repercutir, de maneira consistente, e quiçá, permanente sobre a existência da pessoa.⁹²

⁸⁹ ALMEIDA NETO, Amaro Alves de. *Dano existencial: A tutela da dignidade da pessoa humana*, p. 35-36. Disponível em:

<http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/cao_consumidor/doutrinas/DANO%20EXISTENCIAL.doc> Acesso em 24/05/2019.

⁹⁰ Ibid., p. 38.

⁹¹ Ibid., p. 25.

⁹² SOARES, Flaviana Rampazzo. *Responsabilidade civil por dano existencial*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009, p. 44.

Segundo a autora, o dano existencial surgiria, presentes os demais elementos caracterizadores da responsabilidade civil, de uma alteração prejudicial nas atividades cotidianas, ou do comprometimento das atividades que o indivíduo poderia vir a desenvolver. Dessa forma, a transmissão de doenças, a discriminação, o abuso sexual, o acidente de trabalho, entre tantas outras situações, poderiam motivar a ocorrência do dano existencial.⁹³

Consoante sustenta, o reconhecimento do dano existencial enquanto espécie autônoma conduz à evolução da responsabilidade civil ao promover a ampliação da tutela dos interesses imateriais da pessoa que, assentados na dignidade humana e dando conteúdo à sua personalidade, devem ser juridicamente valorizados.⁹⁴

Para a autora, a responsabilidade civil por dano existencial encontra fundamento direto em três princípios: dignidade da pessoa humana, solidariedade e *neminem laedere*. O princípio do *neminem laedere*, essência da responsabilidade civil e aplicável a todos os danos – patrimoniais e extrapatrimoniais –, determina a obrigação de não fazer o mal, impondo a necessidade de compatibilização dos interesses individuais e coletivos e a efetivação do bem-estar comum.⁹⁵

Por sua vez, a dignidade da pessoa humana decorre da concepção do indivíduo enquanto centro de interesses e titular de direitos, tornando-se imperativo assegurar-lhe condições materiais de sobrevivência e integridade psicofísica. Na solidariedade se ampara a proteção às manifestações da personalidade e dos interesses imateriais na medida em que implica na cooperação dos membros da sociedade para garantir a todos os indivíduos condições de vida digna.⁹⁶

Conforme assinala Hidemberg Alves da Frota:

O dano existencial constitui espécie de dano imaterial ou não material que acarreta a vítima, de modo parcial ou total, a impossibilidade de executar, dar prosseguimento ou reconstruir o seu projeto de vida (na dimensão familiar, afetivo-sexual, intelectual, artística, científica, desportiva, educacional ou profissional, dentre outras) e a dificuldade de retomar sua vida de relação (de âmbito público ou privado, sobretudo na seara da convivência familiar, profissional ou social).⁹⁷

⁹³ SOARES, Flaviana Rampazzo. *Responsabilidade civil por dano existencial*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009, p. 47.

⁹⁴ Ibid., p. 23-26.

⁹⁵ Ibid., p. 58-59.

⁹⁶ Ibid., p. 51-57.

⁹⁷ FROTA, Hidemberg Alves da. Noções fundamentais sobre o dano existencial. *Revista Eletrônica*, setembro de 2013, p. 63. Disponível em: <<https://juslaboris.tst.jus.br/handle/20.500.12178/95532>> Acesso em: 22/05/2019.

O autor subdivide o dano existencial em dano ao projeto de vida – atinente à autodeterminação do indivíduo e à liberdade de escolha de objetivos que dão sentido à existência humana –, e em dano à vida de relações – correspondente ao desenvolvimento de relacionamentos familiares, afetivos-sexuais ou profissionais e à realização de atividades culturais, esportivas, religiosas e comunitárias. As duas subespécies se complementam enquanto aspectos da constituição coexistencial do ser humano.⁹⁸

Assim, compondo um prejuízo à realização satisfatória da personalidade do indivíduo perante o mundo exterior, o dano existencial caracteriza-se pela afronta ou frustração do projeto de vida ou da vida de relações, patrimônio imaterial do ser humano que, à luz da matriz constitucional de 1988, fundada na dignidade da pessoa humana, demanda proteção do Direito.

2.2.3. Distinção do dano moral

Conforme aduz Hidemberg Alves, o dano existencial prescinde de alterações patrimoniais, psíquicas, psicológicas ou morais, configurando-se a partir do comprometimento do projeto de vida ou da vida de relações da vítima do ato lesivo.⁹⁹

Amaro Alves identifica nos danos morais um conceito amplo, frequentemente associado à afetação do ânimo do indivíduo causada por um ato ilícito, uma perturbação psicológica que enseja sentimentos de desgosto, angústia e aflição. Por outro lado, o dano existencial não se reduz a um sofrimento, mas constitui uma renúncia a uma atividade concreta, uma alteração na agenda do indivíduo, o que também ofende a sua dignidade considerando-se que o ser humano tem direito a programar sua vida, ter aspirações, objetivos e relacionamentos.¹⁰⁰

Na mesma linha, Flaviana Rampazzo entende que o conceito de dano moral puro não é capaz de abranger todos os prejuízos aos interesses imateriais da pessoa, tendo parte da doutrina e da jurisprudência igualado o dano moral – espécie – ao dano extrapatrimonial – gênero. O

⁹⁸ FROTA, Hidemberg Alves da. Noções fundamentais sobre o dano existencial. *Revista Eletrônica*, setembro de 2013, p. 63-66. Disponível em: <<https://juslaboris.tst.jus.br/handle/20.500.12178/95532>> Acesso em: 22/05/2019.

⁹⁹ Ibid., p. 68.

¹⁰⁰ ALMEIDA NETO, Amaro Alves de. *Dano existencial: A tutela da dignidade da pessoa humana*, p. 15.16, 31-35. Disponível em: <http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/cao_consumidor/doutrinas/DANO%20EXISTENCIAL.doc> Acesso em 24/05/2019.

dano moral puro seria uma afetação da esfera íntima e subjetiva do indivíduo que lhe causa turbacão psicológica e manifestacões de prostracão.¹⁰¹

Assim, a autora caracteriza o dano moral como um “sentir”, ou seja, uma alteracão nociva do ânimo, e o dano existencial como um “deixar de fazer”, ter de agir e se relacionar de forma distinta, situacão que compromete o desenvolvimento pessoal. Sustenta, ainda, que, enquanto o dano moral frequentemente é sentido no momento do ilícito, o dano existencial pode vir a ser experienciado tempos depois do ato lesivo, pois representa uma sequênciade alteracões prejudiciais ao cotidiano que só pode se configurar com o passar do tempo.¹⁰²

Não obstante, conforme indicam Flaviana Rampazzo e Amaro Alves, a violacão ao projeto de vida e à vida de relações foi predominantemente incorporada e reconhecida pela jurisprudência brasileira sob o título de danos morais.¹⁰³

2.3. O DANO EXISTENCIAL NO DIREITO DO TRABALHO

A Emenda Constitucional nº 45, de 8 de dezembro de 2004, que alterou o artigo 114 da Constituição Federal, atribuiu à Justiça do Trabalho a competência para o processamento e julgamento das ações de indenizacão por dano moral decorrente das relações de trabalho. De lá para cá, as instâncias primárias da justiça trabalhista, e depois o TST – adotando postura progressista ao ressignificar o direito à reparacão por dano moral a partir de interpretaçã que assegure o trabalho digno em consonância com a ordem constitucional vigente –, têm reconhecido a ocorrência de dano existencial em razão do comprometimento do projeto de vida ou da vida de relações do trabalhador em face de exigências abusivas do empregador.¹⁰⁴

Como visto, o dano existencial, instituto proveniente de uma leitura constitucionalizada do Direito Civil, é uma espécie de dano extrapatrimonial, porquanto viola os direitos de personalidade e a dignidade do ser humano, caracterizando-se pela afronta ou frustracão do seu projeto de vida e da sua vida de relações.

¹⁰¹ SOARES, Flaviana Rampazzo. *Responsabilidade civil por dano existencial*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009, p. 97-100.

¹⁰² Ibid., p. 45.

¹⁰³ SOARES, Flaviana Rampazzo. *Responsabilidade civil por dano existencial*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009, p. 85-96 e ALMEIDA NETO, Amaro Alves de. *Dano existencial: A tutela da dignidade da pessoa humana*, p. 36. Disponível em: <http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/cao_consumidor/doutrinas/DANO%20EXISTENCIAL.doc> Acesso em 24/05/2019.

¹⁰⁴ LEMOS, Maria Cecilia de Almeida Monteiro. *O dano existencial nas relações de trabalho intermitentes: reflexões na perspectiva do direito fundamental ao trabalho digno*. Tese de Doutorado, Faculdade de Direito, Universidade de Brasília, 2018, p. 201-203.

As relações trabalhistas compõem terreno fértil para a ocorrência do dano existencial, sendo possível identificá-lo, segundo Sônia Mascaro Nascimento, em casos em que o empregador – por impor jornadas excessivas constantes, por impedir a fruição de descansos e férias, por praticar assédio moral, por submeter o empregado a condições análogas à escravidão, entre outros exemplos comuns – impede a perseguição de um projeto de vida (profissional, pessoal, artístico, intelectual...) pelo trabalhador ou priva-o do convívio social e da realização de atividades familiares, sociais, culturais, esportivas e de lazer.¹⁰⁵

Segundo Sebastião Geraldo de Olivera:

[...] ocorre o dano existencial na relação de trabalho quando o ato lesivo provoca uma alteração não programada na rotina de vida da vítima, prejudicando suas escolhas, suas preferências e opções de lazer, o desenrolar natural da sua agenda diária, com imposição de um roteiro de sobrevivência não desejado.¹⁰⁶

No mesmo sentido, de acordo com Rúbia Zanotelli de Alvarenga e Jorge Cavalcanti Boucinhas Filho:

O dano existencial no Direito do Trabalho, também chamado de dano à existência do trabalhador, decorre da conduta patronal que impossibilita o empregado de se relacionar e de conviver em sociedade por meio de atividades recreativas, afetivas, espirituais, culturais, esportivas, sociais e de descanso, que lhe trarão bem-estar físico e psíquico e, por consequência, felicidade; ou que o impede de executar, de prosseguir ou mesmo de recomeçar os seus projetos de vida, que serão, por sua vez, responsáveis pelo seu crescimento ou realização profissional, social e pessoal.¹⁰⁷

É, portanto, um prejuízo à realização satisfatória da personalidade do sujeito trabalhador perante o mundo exterior, que tem direito à vida para além do trabalho – a perseguir projetos próprios, a conviver com a família e os amigos, a ter relacionamentos amorosos, a entreter-se, a experimentar momentos de ócio, a praticar esportes.

A imposição de jornadas excessivas de trabalho pelo empregador é apontada por diversos estudiosos do tema como uma das hipóteses em que comumente se configura o dano existencial nas relações trabalhistas, vez que compromete a realização de atividades

¹⁰⁵ NASCIMENTO, Sônia Mascaro. Dano existencial nas relações de trabalho. *Revista LTR: legislação do trabalho*, v. 78, n. 8, p. 970-971.

¹⁰⁶ OLIVEIRA, Sebastião Geraldo de. O advento legal do dano existencial trabalhista. *Revista LTr: legislação do trabalho*, v. 82, n. 10, out. 2018, p. 1.182.

¹⁰⁷ BOUCINHAS FILHO, Jorge Cavalcante; ALVARENGA, Rúbia Zanotelli de. O dano existencial e o Direito do Trabalho. *Revista TST, Brasília*, vol. 79, n. 2, abr/jun 2013, p. 243.

recreativas, esportivas, intelectuais e religiosas, prejudicando os projetos pessoais, sociais, profissionais e o bem-estar físico e psíquico do indivíduo trabalhador.¹⁰⁸

André Araújo Molina sustenta a existência de um “princípio geral de desconexão do trabalho”, relacionado a busca do equilíbrio entre trabalho e vida social, desgaste produtivo e descanso, vida comunitária e intimidade, e que tutela o descanso como um bem jurídico fundamental.¹⁰⁹

Nessa perspectiva, o descanso, o repouso e as férias são tidos como institutos destinados a viabilizar a harmonia entre a vida pessoal e o trabalho, propiciando a concretização do direito ao lazer, à saúde e à convivência social e familiar. Prejudicando a integração do trabalhador à sociedade, o dano existencial interfere no pleno desenvolvimento de suas potencialidades enquanto ser humano, viabilizado mediante o proveito das esferas cultural, afetiva, social, esportiva, recreativa, profissional e artística. Essa lesão ao projeto de vida e a vida de relações afronta os direitos de personalidade – integridade física, psíquica, intelectual e social –, que protegem a dignidade humana.¹¹⁰

Lorena Colnago destaca a relação direta entre o dano existencial e as violações às normas de duração do trabalho, defendendo a sua caracterização também como reprimenda a práticas nocivas à saúde do trabalhador. Realçando o aspecto pedagógico do instituto, aduz que a imposição do pagamento do adicional de horas extras não tem efetivamente inibido empregadores e impedido violações a direitos fundamentais, em um contexto no qual se trabalha cada vez mais e os momentos de total desligamento do labor são cada vez mais escassos.¹¹¹

Para a autora, a categoria do dano existencial se agrega aos outros danos a bens imateriais com o intento de, sob uma nova perspectiva do direito à saúde e da participação do indivíduo junto ao ambiente, restabelecer o que chama de “sustentabilidade humana”, a significar o equilíbrio do ser advindo da proteção de direitos fundamentais, entre eles:

[...] a não mercantilização de seu trabalho (dignidade humana no aspecto trabalhista), ao respeito à sua integridade física, psíquica e social (conceito ampliativo do direito fundamental à saúde), bem como ao respeito a cada um dos

¹⁰⁸ BOUCINHAS FILHO, Jorge Cavalcante; ALVARENGA, Rúbia Zanotelli de. O dano existencial e o Direito do Trabalho. *Revista TST, Brasília*, vol. 79, n. 2, abr/jun 2013, p. 242.

¹⁰⁹ MOLINA, André Araújo. Dano existencial por violação dos direitos fundamentais ao lazer e a desconexão do trabalhador, *Revista LTr: legislação do trabalho*, v. 81, n. 4, abr. 2017, p. 467-469.

¹¹⁰ BOUCINHAS FILHO, op. cit., p. 249-250.

¹¹¹ COLNAGO, Lorena de Mello Rezende. Dano existencial e a jornada de trabalho. *Revista eletrônica do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná*, vol. 22, set 2013, p. 54-57.

direitos fundamentais sociais inseridos no art. 6º da Constituição Federal, que inclui o lazer como forma de desconexão ao trabalho, e a própria condição de ser social (efetivação real de seus projetos afetivos e de vida, aspecto existencial da dignidade humana).¹¹²

Entende a autora que em eventual conflito com a livre iniciativa, o “núcleo duro” desses direitos não pode ser violado, de modo que a ofensa à limitação da jornada de trabalho deve ser combatida não só com o pagamento do adicional de horas extras, mas também com a caracterização do dano existencial, de modo a preservar a integridade do trabalhador enquanto ser social, combinado com indenizações de caráter pedagógico com vistas à eliminação de práticas nocivas e a promoção do respeito ao direito do trabalhador de desconectar-se do trabalho e de ter uma vida plena em sociedade.¹¹³

Dessa forma, sustenta-se que a mera condenação do empregador ao pagamento de horas de sobreaviso ou horas extras não basta para recompor a ruptura do sistema jurídico, de modo que devem ser reconhecidas as repercussões da sobrejornada sobre os aspectos de natureza imaterial do trabalhador ante a violação de direitos fundamentais.¹¹⁴

Com efeito, a Constituição, ao ter o trabalho não apenas como fonte de recursos, mas instrumento de afirmação social, protege o direito do indivíduo ao lazer, ao descanso, ao convívio social e familiar, direitos que, no campo trabalhista, se relacionam diretamente com férias, limitação de jornada, descansos e repousos. Uma vez violados esses direitos, caracterizando o cumprimento de uma jornada excessiva frequente ou permanente, pode configurar-se o dano existencial, porquanto comprometida a liberdade de escolha do trabalhador e a realização de um projeto de vida e de uma vida de relações.¹¹⁵

2.4. O DANO EXISTENCIAL NA REFORMA TRABALHISTA

A Lei nº 13.467/2017 inseriu na CLT o Título II-A (“Do Dano Extrapatrimonial”), que trata especificamente dos danos imateriais decorrentes de violações a direitos nas relações de trabalho. O artigo 223-B reconhece expressamente, pela primeira vez na legislação brasileira, a hipótese de dano existencial: “causa dano de natureza extrapatrimonial a ação ou omissão

¹¹² COLNAGO, Lorena de Mello Rezende. Dano existencial e a jornada de trabalho. *Revista eletrônica do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná*, vol. 22, set 2013, p. 59.

¹¹³ *Ibid.*, p. 58-59.

¹¹⁴ MOLINA, André Araújo. Dano existencial por violação dos direitos fundamentais ao lazer e a desconexão do trabalhador, *Revista LTr: legislação do trabalho*, v. 81, n. 4, abr. 2017, p. 476.

¹¹⁵ ABUD, Cláudia José. Dano existencial nas relações de trabalho. *Revista de Direito do Trabalho*. São Paulo: RT, v. 186, n. 44, fev. 2018, p. 116-117.

que ofenda a esfera moral ou existencial da pessoa física ou jurídica, as quais são as titulares exclusivas do direito à reparação”.

Apesar de a Reforma ter incorporado a jurisprudência que vinha se consolidando nos Tribunais Regionais do Trabalho e no Tribunal Superior do Trabalho quanto ao direito do trabalhador à reparação por ofensa à esfera existencial causada pela conduta patronal – assentando a autonomia do dano existencial –, também trouxe inovações controversas.

Nota-se, primeiramente, tentativa do legislador de afastar o alcance dos preceitos referentes à responsabilidade civil amparados na Constituição, nos tratados internacionais de que o Brasil é signatário e na legislação civilista, limitando a responsabilização à regência celetista, ao dispor no artigo 223-A que “aplicam-se à reparação de danos de natureza extrapatrimonial decorrentes da relação de trabalho apenas os dispositivos deste Título”.

A interpretação literal do dispositivo, que levaria a indenizações mitigadas e parciais dos danos extrapatrimoniais trabalhistas¹¹⁶, não condiz com o diálogo das fontes do Direito e com a aplicação dos princípios tuitivos do Direito do Trabalho. À proteção ao patrimônio imaterial, enquanto conteúdo de dignidade humana, deve ser garantida máxima efetividade, demandando-se a aplicação das normas que viabilizem a reparação integral do dano.¹¹⁷

No mesmo sentido restritivo, o artigo 223-C parece fixar um rol de bens jurídicos da pessoa física a serem tutelados pelo instituto dos danos extrapatrimoniais – honra, imagem, liberdade de ação, autoestima, sexualidade, saúde, lazer, e integridade física.

Entretanto, melhor interpretação aduz tratar-se de rol meramente exemplificativo, vez que a Constituição Federal, tomando como centro a pessoa humana e a proteção da sua dignidade, não delimita o conteúdo do dano extrapatrimonial. As situações abrangidas pelo dano existencial e pelos demais danos extrapatrimoniais não são estanques, de modo que as mudanças experienciadas pela sociedade demandam, ao longo do tempo, proteção a bens jurídicos distintos, devendo o Direito acompanhar essa evolução.¹¹⁸

A Reforma Trabalhista também introduz, por meio do artigo 223-G, uma série de critérios com o intuito de guiar a atuação do magistrado na apreciação do pedido de indenização por dano extrapatrimonial, entre os quais a natureza do bem jurídico tutelado, os reflexos

¹¹⁶ OLIVEIRA, Sebastião Geraldo de. O dano extrapatrimonial trabalhista após a Lei nº 13.467/2017, modificada pela MP Nº 808, de 14 de novembro de 2017. *Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região*, Belo Horizonte, edição especial, nov. 2017, p. 339.

¹¹⁷ LEMOS, op.cit., p. 97.

¹¹⁸ NASCIMENTO, Sônia Mascaro. O dano extrapatrimonial e a Lei nº 13.467/2017. *Revista LTR: legislação do trabalho*, v. 81, n. 9, set. 2017, p. 1040.

pessoais e sociais, o grau de dolo ou culpa, o perdão tácito ou expresso e a situação social e econômica das partes.

Embora a positivação de algumas diretrizes que guiem a aferição do dano extrapatrimonial possa ser útil, ela não deve, por óbvio, restringir a atuação judicante devidamente fundamentada, de modo que parâmetros outros possam ser adotados a depender do caso concreto.¹¹⁹

Talvez uma das questões mais polêmicas de toda a Reforma Trabalhista resida na tarifação da indenização do dano extrapatrimonial operada pelo §1º do artigo 223-G, que estabelece limites máximos – sendo o fator de multiplicação o salário do trabalhador – conforme a natureza da ofensa – leve, média, grave ou gravíssima –, além de proibir a cumulação de danos extrapatrimoniais.¹²⁰

As disposições contrariam o princípio da razoabilidade/proporcionalidade e instituem parâmetros discriminatórios de indenização, situação incompatível com a Constituição, que afasta a fixação de tetos e o tabelamento de valores, ao assegurar, no artigo 5º, inciso V, indenização proporcional ao agravo, em atenção à reparação integral do dano.¹²¹

Com efeito, a indenização é uma questão delicada no que se refere a todos os danos extrapatrimoniais, vez que, diferente do que ocorre com os danos patrimoniais, não há critério objetivo que permita sua avaliação e quantificação, tornando difícil a tarefa de traduzir em pecúnia a compensação por uma ofensa que atinge a personalidade.¹²²

Não obstante a problemática regulamentação dos danos extrapatrimoniais efetuada pela Lei 13.467/2017 – que manifesta a desvinculação da legislação à valorização da pessoa do trabalhador e a perspectiva de limitação dos danos ao patrimônio imaterial decorrentes da relação trabalhista –, o TST pode, como o fez muito antes do advento da Reforma Trabalhista ao reconhecer a configuração do dano existencial a partir da densificação do conceito de dano

¹¹⁹ LEMOS, Maria Cecília de Almeida Monteiro. *O dano existencial nas relações de trabalho intermitentes: reflexões na perspectiva do direito fundamental ao trabalho digno*. Tese de Doutorado, Faculdade de Direito, Universidade de Brasília, 2018, p. 97.

¹²⁰ A constitucionalidade do artigo 223-G, § 1º, incisos I a IV, da CLT, está sendo questionada por meio de quatro ações diretas de inconstitucionalidade (nº 5.870, 6.050, 6.069, 6.082), de relatoria do Ministro Gilmar Mendes, as quais, até o presente momento, não foram liberadas para julgamento. (conforme consulta ao andamento processual em 21/05/2019).

¹²¹ DELGADO, Maurício Godinho. DELGADO, Gabriela Neves. *A Reforma Trabalhista no Brasil: com os comentários à Lei 13.467/2017*. São Paulo: LTr, 2017, p. 146.

¹²² SOARES, Flaviana Rampazzo. *Responsabilidade civil por dano existencial*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009, p. 125.

moral, oferecer contraponto regulatório judicial amparado por um discurso de base constitucional.¹²³

2.6. O DANO EXISTENCIAL E A SOBREJORNADA DO MOTORISTA PROFISSIONAL

Analizando a inserção do contrato de trabalho intermitente no ordenamento jurídico brasileiro pela Lei nº 13.467/2017, Maria Cecilia Lemos formula tese a partir da qual propõe a possível configuração do dano existencial decorrente da violação do *direito constitucional à limitação de jornada* no caso dessa modalidade de contratação. O presente estudo, adotando a referida tese como marco teórico, busca indicar, especificamente em relação ao cumprimento de sobrejornadas pelos motoristas profissionais, a perspectiva de caracterização do dano existencial.

Destaca Maria Cecilia Lemos que a Constituição Federal consagra “um plexo de direitos fundamentais que resguarda o patrimônio material e imaterial do trabalhador”, que garantem patamar civilizatório mínimo e a proteção dos direitos de personalidade.¹²⁴ Sob a perspectiva de que o trabalhador detém o direito à vida dentro e fora do trabalho, a autora defende que, à luz da ordem constitucional vigente, é necessário assegurar ao trabalhador a fruição de um tempo de lazer, de convívio social, de descanso, no qual tenha ele liberdade de escolher o que fazer efetivamente.¹²⁵

No esteio da nítida imprescindibilidade de o indivíduo ter momentos de desligamento do trabalho, o componente do tempo à disposição não pode se dissociar do conceito da duração do trabalho, entendendo-se que os momentos de sujeição do trabalhador às vontades do empregador, no aguardo da convocação para o trabalho, mesmo que não implicando em necessária execução de serviço, integram a jornada.¹²⁶

Todavia, a redação do artigo 452-A, § 5º, da CLT – inserido pela Lei 13.467/2017 –, buscando erodir o conceito de tempo à disposição do empregador, excluiu dos efeitos jurídicos da disponibilidade – a remuneração e a limitação constitucional da duração – o período de

¹²³ LEMOS, Maria Cecilia de Almeida Monteiro. *O dano existencial nas relações de trabalho intermitentes: reflexões na perspectiva do direito fundamental ao trabalho digno*. Tese de Doutorado, Faculdade de Direito, Universidade de Brasília, 2018, p. 103-104.

¹²⁴ Ibid., p. 164.

¹²⁵ Ibid., p. 181.

¹²⁶ Ibid., p. 187.

inatividade do trabalhador, no qual o trabalhador intermitente aguarda o chamado para o trabalho.¹²⁷

Sendo assim, no contrato de trabalho intermitente, a submissão do trabalhador a uma jornada incerta e indeterminada, na espera permanente do chamado do empregador, poderia implicar na extrapolação da duração constitucional do trabalho e comprometeria a vida privada do obreiro, impedindo-o de perseguir um projeto de vida e uma vida de relações.¹²⁸

Sustenta Maria Cecilia Lemos que o enfrentamento jurídico dos efeitos precarizantes promovidos pela Reforma Trabalhista representa importante instrumento de resistência, de modo que a Justiça do Trabalho deve atribuir à Lei 13.467/2017 interpretação harmônica com os direitos fundamentais protetivos do patrimônio material e imaterial do trabalhador.¹²⁹

Assim como a exigência abusiva de horas extraordinárias além do limite constitucional pode ensejar indenização por danos existenciais, “a sujeição do trabalhador a um tempo de disponibilidade indeterminado – acima do limite de jornada constitucionalmente admitido – poderá também acarretar a condenação da empresa em danos existenciais.”¹³⁰

A lógica não se distancia daquela que pode ser aplicada em relação às jornadas de trabalho desempenhadas pelos motoristas profissionais, extremamente elásticas mediante as modificações trazidas pela Lei nº 13.103/2015. Assim como a Lei nº 13.367/2017, a Lei nº 13.103/2015 objetivou burlar a limitação da duração do trabalho consagrada constitucionalmente como direito fundamental e mitigar o tempo à disposição enquanto integrante da jornada de trabalho.

Inexistem dúvidas a respeito do elo entre patrimônio imaterial, sobrejornada e dano existencial. Conforme aponta Lorena Colnago: “O dano existencial é uma subespécie de lesão aos bens imateriais do indivíduo que está intimamente relacionado a jornada de trabalho praticada e à sua elasticidade, em violação às normas trabalhistas”.¹³¹ Dessa forma, é certo que a constante exigência do cumprimento de horas extraordinárias que impeça o trabalhador de dar seguimento ao seu projeto de vida e a sua vida de relações dá cabo ao dano existencial.

Como visto, a duração do trabalho dos motoristas profissionais, que sequer tem hora para começar ou terminar (artigo 235-C, § 13, da CLT) e é passível de ser recortada por

¹²⁷ LEMOS, Maria Cecilia de Almeida Monteiro. *O dano existencial nas relações de trabalho intermitentes: reflexões na perspectiva do direito fundamental ao trabalho digno*. Tese de Doutorado, Faculdade de Direito, Universidade de Brasília, 2018, p. 187.

¹²⁸ Ibid., p. 197.

¹²⁹ Ibid.

¹³⁰ Ibid., p. 198.

¹³¹ COLNAGO, Lorena de Mello Rezende. Dano existencial e a jornada de trabalho. *Revista eletrônica do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná*, vol. 22, set 2013, p. 56.

intervalos fracionados (artigo 235-D, da CLT), pode atingir disparatadas doze horas diárias, ou ultrapassá-las – no caso dos motoristas que transportem “cargas vivas, perecíveis e especiais” (artigo 235-D, § 8º, da CLT) em longas distâncias, cuja jornada pode ser fixada mediante negociação coletiva, inexistindo limitação prevista na Lei.

No período além dessas quatro horas extraordinárias, poderá o motorista ter de movimentar o veículo no aguardo da carga e descarga nos destinos ou da fiscalização nas barreiras da alfândega, recebendo, para tanto, tão somente indenização de 30% do salário hora. Além disso, nada auferirá pelo período em que seu colega, em revezamento de turnos, dirigir o veículo, integrando o referido interregno o seu tempo de repouso (artigo 235-C, parágrafos 1º, 8º 9º, 11 e 12, da CLT).

Consoante assevera André Araújo Molina, o direito à limitação de jornada, ao repouso semanal, à convivência familiar, ao lazer, à intimidade e à vida privada têm especial aplicação considerada a atual diluição das fronteiras entre o tempo de trabalho e o tempo de descanso¹³², a qual se acentua se analisada, particularmente, a situação dos motoristas profissionais, que, por vezes, têm de trabalhar e descansar ao mesmo tempo, o que obsta a sua desvinculação plena do trabalho.

O cumprimento de horas extraordinárias que representam o dobro do padrão adotado para as demais categoriais e a desconsideração do tempo de reserva e do tempo de espera, principalmente, como componentes da jornada de trabalho do motorista revelam a incerteza de uma desvinculação plena do trabalho e da fruição de descansos, da realização de atividades paralelas e da consecução de projetos pessoais para além do trabalho, condições aptas a comprometerem a dimensão existencial do indivíduo trabalhador.

Tendo em conta a necessidade de reconhecimento das repercussões desse regime sobre os aspectos de natureza imaterial do trabalhador, não resta outra conclusão se não a de que a submissão frequente do motorista profissional a jornadas excessivas de trabalho que comprometam a realização do projeto de vida e da vida de relações – seja pela efetiva execução de atividades ou pela sujeição do trabalhador à disponibilidade total além do limite constitucional –, irá ensejar a configuração do dano existencial.

¹³² MOLINA, André Araújo. Dano existencial por violação dos direitos fundamentais ao lazer e a desconexão do trabalhador, *Revista LTr: legislação do trabalho*, v. 81, n. 4, abr. 2017, p. 470-471.

CAPÍTULO III – O DANO EXISTENCIAL DECORRENTE DA JORNADA DE TRABALHO EXCESSIVA DO MOTORISTA PROFISSIONAL: ANÁLISE DA JURISPRUDÊNCIA DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

3.1. METODOLOGIA

Cumpra ao Direito do Trabalho a estruturação da convivência social e a regulação de condutas, interesses e instituições concernentes à relação de emprego e às demais relações de trabalho por ele legalmente regidas. Segundo Mauricio Godinho Delgado, constituem funções específicas do Direito do Trabalho a “melhoria das condições de pactuação e gestão do trabalho na vida socioeconômica”, “a função econômica modernizante e progressista” e a “função civilizatória e democrática”, relacionadas ao processo de desmercantilização do trabalho e ancoradas, sobretudo, na proteção à dignidade do sujeito trabalhador. Por outro lado, o Direito do Trabalho exerce também uma “função conservadora”, ao propiciar a preservação do sistema capitalista.¹³³

À Justiça do Trabalho, assim como aos demais segmentos do Poder Judiciário, cabe atribuir solução aos litígios e imprimir interpretação à ordem jurídica. Todavia, mais do que isso, a Justiça do Trabalho constitui, desde a sua origem, um sistema de proteção jurídica voltado à desmercantilização da força de trabalho, essencialmente por meio da direção normativa firmada pelo Direito do Trabalho. É com a Constituição de 1988 que a Justiça do Trabalho brasileira tem coroado o seu papel democrático enquanto concretizadora da justiça social, orientada pelos direitos fundamentais cunhados e pela rica sistematização da proteção ao trabalho.¹³⁴

O Tribunal Superior do Trabalho, como corte constitucional e uniformizadora da jurisprudência trabalhista, tem como dever oferecer interpretação do ordenamento jurídico coerente com o paradigma de proteção à pessoa humana e ao trabalho digno consolidado pelo Texto Constitucional. Nesse sentido atuou ao ressignificar o conceito de dano moral,

¹³³ DELGADO, Maurício Godinho. Funções do Direito do Trabalho no capitalismo e na democracia. In: *Constituição da República e direitos fundamentais: dignidade da pessoa humana, justiça social e Direito do Trabalho*. São Paulo: LTr, 2012, p. 31.

¹³⁴ DELGADO, Maurício Godinho; DELGADO, Gabriela Neves. *Constituição da República e Direitos Fundamentais: dignidade da pessoa humana, justiça social e direito do trabalho*. 3ª ed. São Paulo: Ltr, 2015, p.150-151.

expandindo a proteção ao patrimônio imaterial do trabalhador mediante o reconhecimento do dano existencial.¹³⁵

Assim, o que o presente estudo propõe, na esteira da tese desenvolvida por Maria Cecilia Lemos¹³⁶, é que, por meio de uma argumentação vinculada às bases constitucionais, em defesa do trabalho digno, o TST possa alcançar um padrão regulatório, mediante a configuração do dano existencial decorrente da sobrejornada de trabalho, que ofereça contraponto aos efeitos precarizantes da Lei 13.103/2015 para o trabalho e a vida dos motoristas profissionais.

Dada a importância da Justiça do Trabalho como instrumento de justiça social e o papel do TST enquanto corte constitucional trabalhista, este último capítulo busca identificar *se o Tribunal Superior do Trabalho considera que motoristas profissionais submetidos a jornadas excessivas sofrem dano existencial e qual a fundamentação aventada no enfrentamento da questão*.

Para tanto, efetuou-se pesquisa jurisprudencial consistente na análise de acórdãos de julgamentos de recursos de revista que tivessem como tema a configuração do dano existencial associada ao cumprimento de sobrejornadas por motoristas profissionais.

O recorte temporal adotado, que perfaz um total de sete anos, tem como termo inicial a data do início da vigência da Lei nº 12.619/2012, que, como visto, foi a primeira legislação a dispor especificamente a respeito da categoria dos motoristas profissionais e impôs expressamente a obrigatoriedade de controle de jornada.

Necessário pontuar que o conhecimento pelo TST do recurso de revista, dada a sua natureza extraordinária, enfrenta óbices de natureza processual, consistentes nas hipóteses de cabimento dispostas no artigo 896 da CLT e nos pressupostos recursais previstos nas Súmulas nº 297, 221, 296 e 337 do TST, entre outras, a imporem a necessidade de prequestionamento, a indicação expressa do dispositivo tido por violado, a especificidade da divergência jurisprudencial e a comprovação da divergência jurisprudencial, respectivamente. Destaca-se, também, a barreira cognitiva imposta pela Súmula nº 126 do TST, que veda o reexame de fatos e provas em sede de recurso de revista.

O levantamento foi feito a partir do site do Tribunal Superior do Trabalho, no campo “Pesquisa de Jurisprudência”¹³⁷. Em um primeiro momento, buscaram-se os acórdãos de

¹³⁵ LEMOS, Maria Cecilia de Almeida Monteiro. *O dano existencial nas relações de trabalho intermitentes: reflexões na perspectiva do direito fundamental ao trabalho digno*. Tese de Doutorado, Faculdade de Direito, Universidade de Brasília, 2018, p. 97.

¹³⁶ Ibid.

¹³⁷ <https://jurisprudencia.tst.jus.br/>

julgamentos de recursos da classe “Recurso de Revista” que tivessem em suas *ementas* as expressões “dano existencial”, “motorista”¹³⁸, e “jornada”, com data de publicação entre 30/04/2012 e 30/04/2019.

Foram localizados oito acórdãos, dentre os quais somente seis serviam ao propósito da pesquisa, tendo em vista que um deles não envolvia pedido de indenização por dano existencial – tendo o relator apenas mencionado o dano existencial como fundamento lateral para indicar a prejudicialidade do cumprimento de longas jornadas – e o outro se tratava de recurso de agravo de instrumento quanto à configuração do dano existencial.

Causou estranhamento a obtenção de somente seis acórdãos condizentes com o objeto do presente estudo, de forma que efetuou-se nova pesquisa de jurisprudência no site do TST, usando a mesma classe processual e o mesmo recorte temporal, mas desta vez procurando pelas expressões “dano existencial”, “motorista” e “jornada” no *corpo* do acórdão – não somente na ementa, portanto.

A nova busca resultou em expressivos cento e onze acórdãos, dos quais trinta e um adequaram-se à análise proposta por este estudo, ou seja, julgaram recursos de revista que tinham como parte motorista profissional e tratavam do pedido de indenização por dano existencial decorrente da violação ao limite de duração do trabalho. A discrepância nos resultados da primeira e da segunda busca revelaram que, na grande maioria dos acórdãos, o termo “motorista”, ou seja, a atividade desenvolvida pelo obreiro e a categoria em que se insere, não é listada na ementa do acórdão.

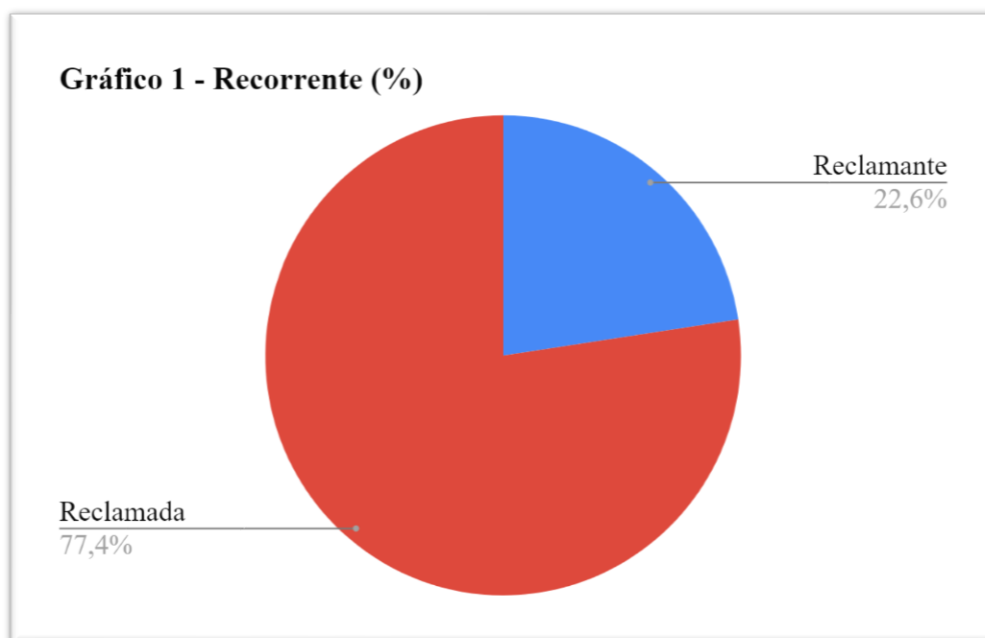
Os trinta e um acórdãos selecionados foram analisados buscando-se compreender se há um padrão regulatório adotado pelo TST quanto à configuração ou não do dano existencial no especial caso dos motoristas profissionais submetidos a jornadas excessivas de trabalho, qual o tipo de fundamentação adotada e quais as dificuldades no enfrentamento judicial da questão.

¹³⁸ Atendendo ao conceito de motorista profissional previsto no artigo 1º, parágrafo único, da Lei nº 13.103/2015, procurou-se considerar para a pesquisa apenas aqueles acórdãos em que registrou-se exercer o empregado a função de motorista em empresa transportadora ou realizar transporte de cargas ou passageiros em ônibus, caminhão, carreta ou similar.

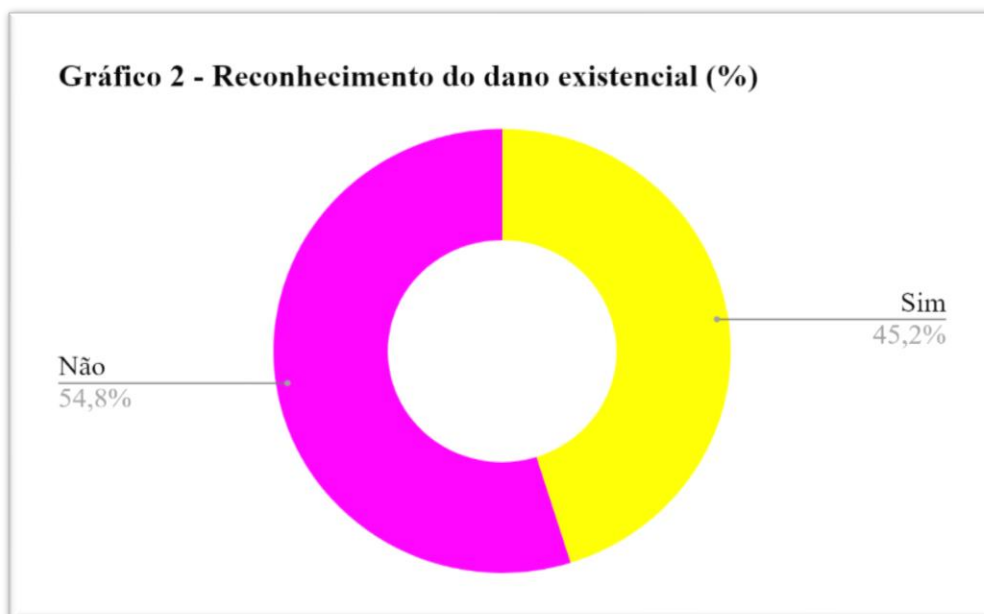
3.2. ANÁLISE JURISPRUDENCIAL QUANTITATIVA

Primeiramente, os trinta e um acórdãos encontrados na pesquisa jurisprudencial foram analisados quantitativamente por meio da organização de tabelas – que se encontram no anexo 1 – com as seguintes informações: a) número do processo; b) data da publicação no Diário de Justiça; c) Turma julgadora; d) gênero do reclamante; e) recorrente; f) reconhecimento do dano existencial; g) configuração *in re ipsa* do dano; h) fundamentação da decisão do TST; i) decisão do TRT; j) indenização fixada no TRT; k) valor da indenização; l) fatos e provas.

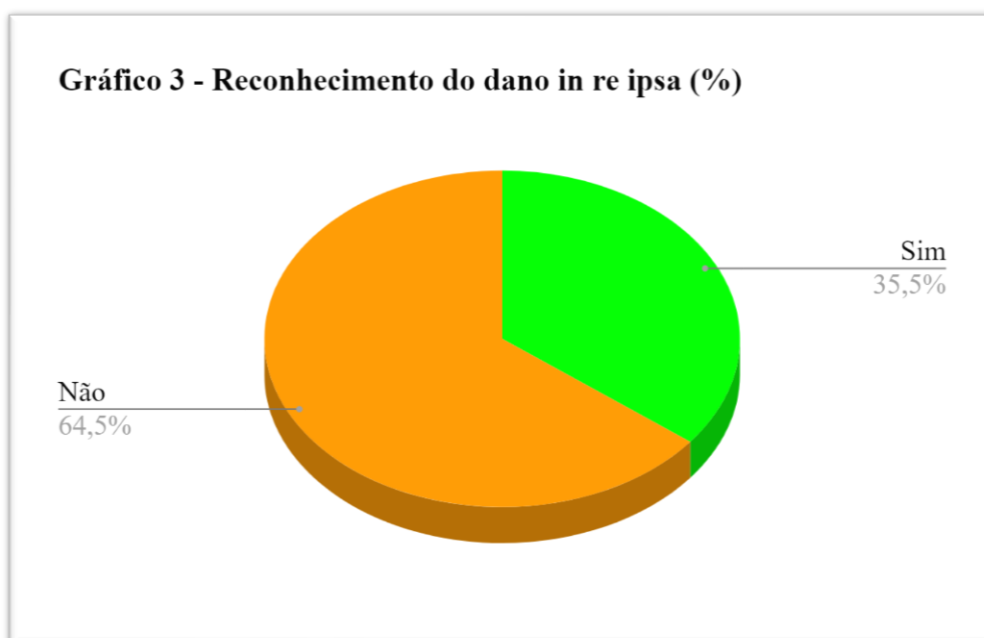
Os principais dados obtidos foram compilados em sete gráficos, confeccionados por meio do programa “*Google Sheets*”, de forma a facilitar a identificação do padrão de decisões do TST quanto à matéria objeto do estudo e a compreensão do entendimento jurisprudencial a respeito da realidade de sobrejornada de trabalho dos motoristas.



O **Gráfico 1** refere-se à autoria dos recursos de revista analisados, demonstrando que, em 77,4% dos casos estudados – vinte e quatro processos no total –, o recurso foi interposto pela parte reclamada, demandando-se, portanto, a reforma da decisão do Tribunal Regional que reconheceu a configuração do dano e condenou a empresa empregadora ao pagamento de indenização por dano existencial. Apenas 22,6% dos recursos – correspondentes a sete casos – foram interpostos pela parte reclamante, motorista profissional, hipóteses em que o TRT não afigurou a ocorrência do dano existencial.



O **Gráfico 2** aponta que, em dezessete dos trinta e um processos selecionados, representativos de 54,8% dos recursos de revista em que discutida a configuração do dano existencial em razão do cumprimento de jornadas excessivas pelo motorista profissional, não houve o reconhecimento do dano existencial pelo TST. O que indica que, *na maioria dos casos analisados, o TST, quer reformando, quer mantendo a decisão do TRT, não vislumbrou a ocorrência do dano existencial*. Por outro lado, em quatorze dos trinta e um casos estudados, correspondentes a 45,2%, o TST entendeu que o labor em sobrejornada do motorista profissional ensejou a configuração do dano existencial.



O **Gráfico 3** indica que em 64,5% das ações nas quais constatada ofensa à limitação da duração do trabalho, o TST não entendeu pela configuração do dano existencial em razão do próprio fato, ou seja, pelo cumprimento de jornada excessiva por si só.

Com efeito, a questão da exigência de comprovação de prejuízo ao projeto de vida e à vida de relações para a configuração do dano existencial ainda é controvertida na doutrina e na jurisprudência. A dificuldade probatória se revela na medida em que, em apenas três dos quatorze processos em que reconhecido o dano existencial, não houve configuração *in re ipsa*, ou seja, o TST observou que ficou efetivamente provado nos autos o prejuízo à esfera existencial do obreiro.

A Sexta Turma, no RR-718-34.2014.5.12.0038¹³⁹, indicou a configuração de prejuízo a ensejar reparação tendo em vista que “o eg. TRT, com fundamento na prova testemunhal, entendeu que o número excessivo de horas extraordinárias prestadas denota que o autor foi contratado para viver em função do serviço, restando sobremaneira prejudicado o convívio familiar e social”. Também no RR-986-47.2013.5.04.0232¹⁴⁰, a Sexta Turma entendeu pela manutenção da indenização por danos existenciais, ressaltando:

¹³⁹ BRASIL. TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO. Processo n. RR-718-34.2014.5.12.0038, Relator Desembargador Convocado: Paulo Marcelo de Miranda Serrano, Data de Julgamento: 08/06/2016, 6ª Turma, Data de Publicação: DEJT 10/06/2016.

¹⁴⁰ BRASIL. TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO. Processo n. RR-986-47.2013.5.04.0232, Relatora Ministra: Kátia Magalhães Arruda, Data de Julgamento: 23/08/2017, 6ª Turma, Data de Publicação: DEJT 22/09/2017.

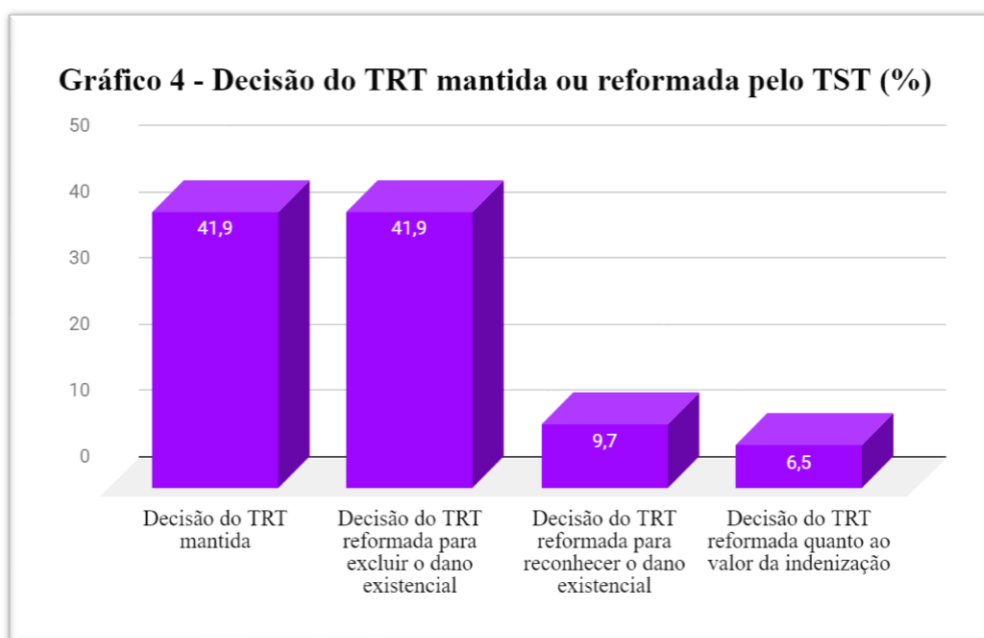
[...] o contexto dos autos demonstra que o reclamante vivia não apenas do trabalho, mas para o trabalho, tendo objetivamente limitadas suas atividades de cunho familiar, cultural, social, recreativas, esportivas, afetivas ou quaisquer outras desenvolvidas fora do ambiente laboral.

Por fim, no RR-220-32.2011.5.01.0075¹⁴¹, a Oitava Turma verificou ter a reclamada submetido a reclamante a “jornadas excessivamente longas, sem folga semanal, levando-o à exaustão física e submetendo-o a risco de acidente grave”, ressaltando ter havido, nos termos relatados pelo TRT, “labor em diversas ocasiões por períodos superiores a doze, treze dias sem fruição de folgas”. Apesar de ter reduzido o valor do dano existencial fixado pelo Regional – como se verá adiante –, a Turma assim pontuou:

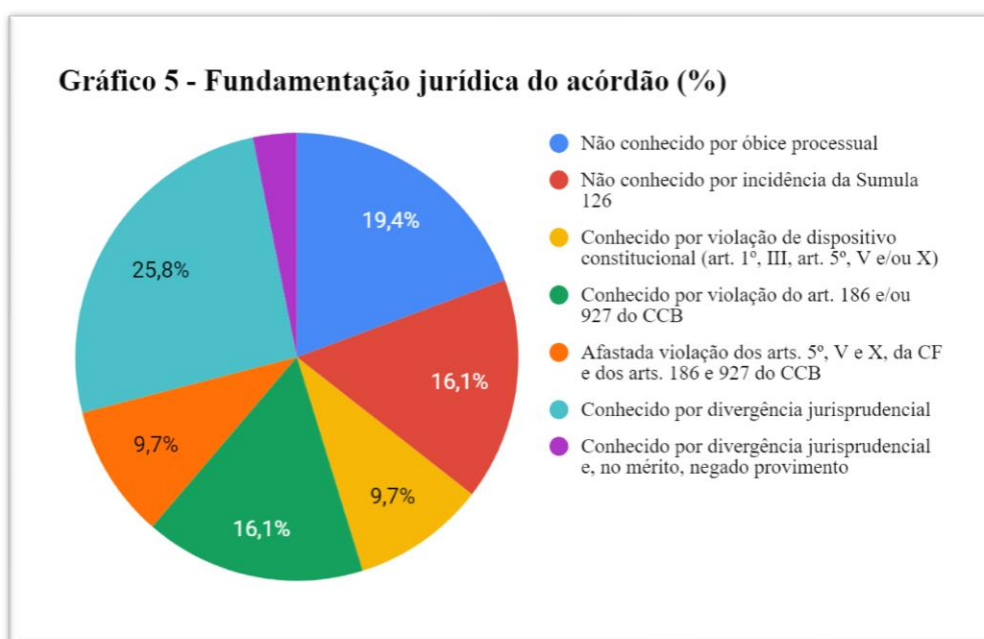
Esta Corte firmou entendimento, no sentido de que a imposição ao empregado de jornada excessiva, por si só, não implica ato ilícito que enseje o pagamento de indenização a título de dano existencial. Entretanto, tem-se admitido condenação a esse título quando comprovado efetivo prejuízo que tenha advindo ao trabalhador, como se verifica no presente caso.

Nos demais onze acórdãos em que condenada a empregadora ao pagamento de indenização por dano existencial, a fundamentação dispensou a comprovação do dano ao trabalhador, presumindo-o em razão do fato – a jornada excessiva imposta pelo empregador.

¹⁴¹ BRASIL. TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO. Processo n. RR-220-32.2011.5.01.0075, Relatora Ministra: Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, Data de Julgamento: 13/04/2016, 8ª Turma, Data de Publicação: DEJT 15/04/2016.



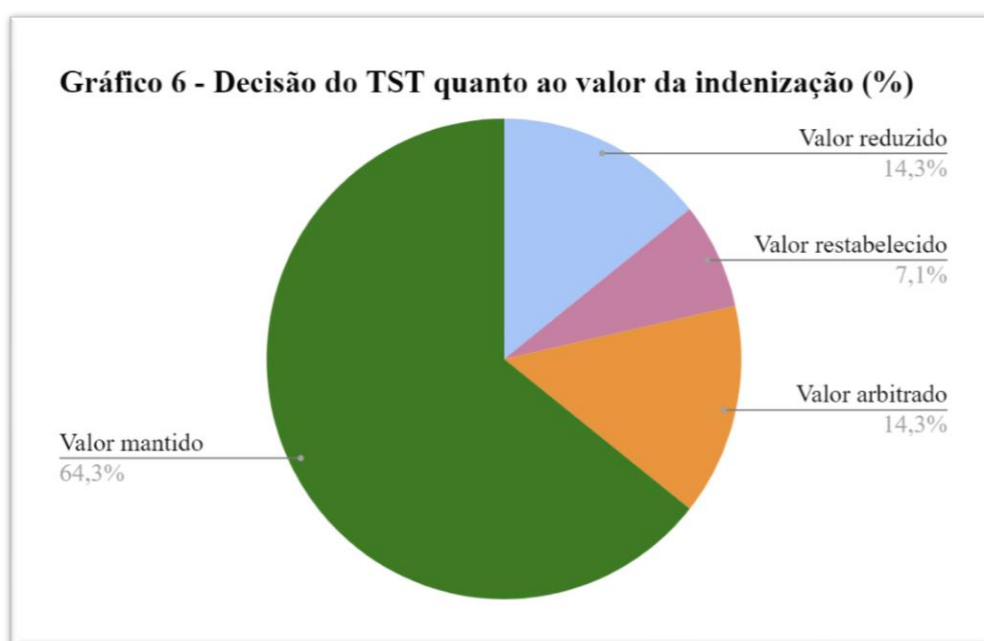
O **Gráfico 4** indica que, em 41,9% dos recursos analisados, o Tribunal Superior do Trabalho manteve a decisão da Corte Regional. De mesma expressão foram os casos em que o TST reformou a decisão do Regional para excluir a condenação por danos existenciais. Apenas 9,7% dos recursos foram providos para configurar o dano existencial. Por fim, em dois acórdãos, correspondentes a 6,5% dos casos examinados, o TST reformou a decisão do TRT para reduzir o valor da indenização pelo dano existencial.



O **Gráfico 5** representa a fundamentação jurídica aventada pelo Tribunal Superior do Trabalho na apreciação dos recursos de revista analisados. Mostra-se frequente a incidência de óbices processuais e da Súmula nº 126 – 19,4% e 16,1% dos casos, respectivamente –, que impedem o conhecimento do recurso – considerada a sua natureza extraordinária – e, portanto, se relacionam ao alto índice de manutenção das decisões dos Tribunais Regionais abordado pelo Gráfico 4.

A Súmula nº 126 adquire destaque tratando-se do tema do dano existencial, uma vez que a sua configuração se relaciona à avaliação do Regional quanto aos elementos probatórios e às premissas fáticas adotadas, o que por vezes é aventado pelo TST como motivo para não se conhecer do recurso. O Tribunal Superior do Trabalho também deixou de conhecer 9,7% dos recursos, afastando alegada ofensa ao artigo 5º, inciso V ou X, da Constituição Federal e aos artigos 186 e 927 do Código Civil.

Dentre os recursos que tiveram seu mérito analisado, a maioria foi conhecida ou em razão de divergência jurisprudencial – o que se observou na pesquisa derivar, em grande parte, da controvérsia atinente ao dano *in re ipsa* – ou por violação do artigo 186 e/ou do artigo 927 do Código Civil. Somente 9,7% dos acórdãos fundaram a apreciação dos recursos de revista na violação de dispositivos constitucionais – artigo 3º, inciso III e artigo 5º, inciso V ou X. Por fim, apenas um recurso de revista, correspondente a 3,2% dos casos, foi conhecido por divergência jurisprudencial tendo, no mérito, seu provimento negado.



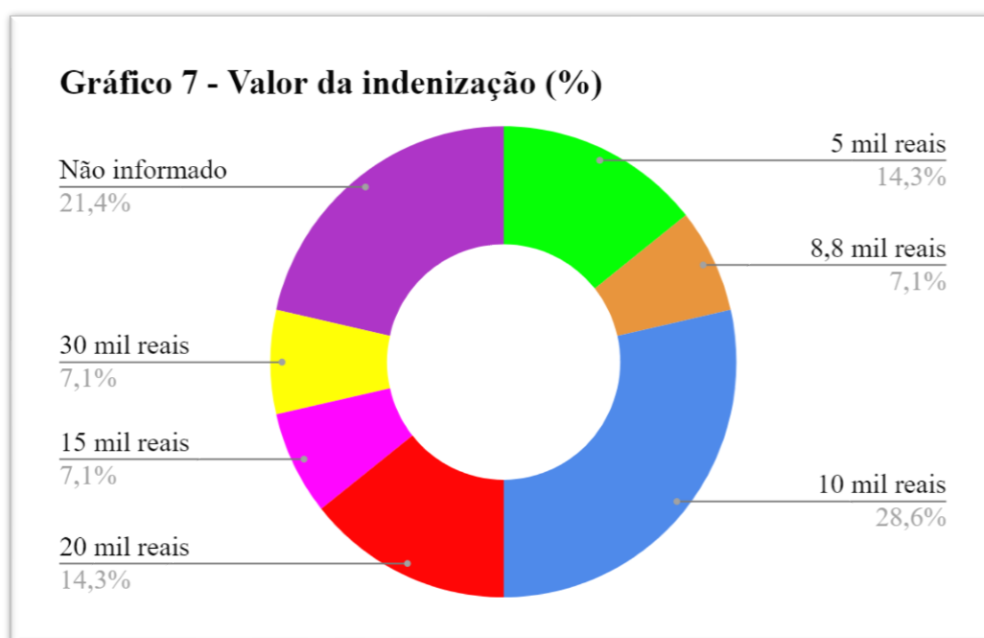
Conforme aponta o **Gráfico 6**, em mais da metade dos acórdãos nos quais o Tribunal Superior reconheceu a configuração do dano existencial relacionado à sobrejornada do motorista profissional, foi mantido o valor da indenização estabelecido pela Corte Regional. Dentre os acórdãos em que se reverteu a decisão do Regional para configurar o dano, em 14,3% o valor foi arbitrado pelo próprio TST e, em 7,1% o valor fixado na sentença foi restabelecido. Cabe destacar as duas decisões, correspondentes a 14,3% dos acórdãos analisados, em que houve a redução do valor da indenização, situação que, conforme sugerido pelo gráfico, não é de praxe no TST.

No julgamento do RR-1351-49.2012.5.15.0097¹⁴² – caso em que consignado pelo Regional o cumprimento de jornadas de quinze horas pelo reclamante, motorista carreteiro –, a Segunda Turma deu parcial provimento ao recurso de revista interposto pela parte reclamada para reduzir o *quantum* indenizatório fixado pelo TRT em cinquenta mil reais. A Turma afirmou a razoabilidade da quantia de vinte mil reais, destacando que o TST somente revisa o arbitramento de indenização por danos extrapatrimoniais tratando-se de valores irrisórios ou exorbitantes e fazendo referência à necessidade de se observar a gravidade da culpa, a extensão do dano e a capacidade das partes e de se atender ao caráter punitivo, pedagógico e dissuasório da indenização.

Já no RR-220-32.2011.5.01.0075¹⁴³ – um dos processos mencionados na análise do Gráfico 3, em que se entendeu provado o dano existencial – a Oitava Turma observou ter sido o montante de 25 mil reais “fixado de forma excessiva se consideradas as peculiaridades do caso concreto”, ressaltando o papel da Corte Superior na revisão de valores irrisórios ou exorbitantes e reduzindo a indenização para o valor de cinco mil reais.

¹⁴² BRASIL. TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO. Processo n. RR-1351-49.2012.5.15.0097, Relatora Ministra: Maria Helena Mallmann, Data de Julgamento: 12/03/2019, 2ª Turma, Data de Publicação: DEJT 15/03/2019.

¹⁴³ BRASIL. TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO. Processo n. RR-220-32.2011.5.01.0075, Relatora Ministra: Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, Data de Julgamento: 13/04/2016, 8ª Turma, Data de Publicação: DEJT 15/04/2016.



O **Gráfico 7** representa os dados concernentes ao valor atribuído à indenização pelo Tribunal Superior do Trabalho. Dentre os dezesseis acórdãos em que foi reconhecido o dano existencial decorrente da jornada excessiva do motorista profissional, o valor mais frequente de indenização fixado foi o de dez mil reais, presente em 28,6% dos casos. Em 21,4%, não se mencionou o valor da indenização. Os valores de cinco mil reais e vinte mil reais constaram, cada qual, em 14,3% dos acórdãos.

A indenização mais vultosa localizada foi a de trinta mil reais, que, no entanto, apareceu em somente um dos casos – o RR 4112-57.2013.5.03.0063¹⁴⁴, que também será objeto da análise qualitativa – no qual a Terceira Turma registrou que “o reclamante trabalhava de 5h às 23h, inclusive em domingos e em todos os feriados, com trinta minutos de intervalo intrajornada e deixou de usufruir dois repousos semanais por mês”.

3.3. ANÁLISE JURISPRUDENCIAL QUALITATIVA

Para a análise qualitativa, foram selecionados cinco recursos de revista, representativos de cinco das sete fundamentações jurídicas apontadas no Gráfico 5: “conhecido por violação do art. 5º, inciso V ou X, da Constituição Federal”; “conhecido por violação do art. 186 e/ou 927 do Código Civil”; “conhecido por divergência jurisprudencial”; “conhecido por

¹⁴⁴ BRASIL. TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO. Processo n. RR-4112-57.2013.5.03.0063, Relator Ministro: Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira, Data de Julgamento: 09/03/2016, 3ª Turma, Data de Publicação: DEJT 11/03/2016.

divergência jurisprudencial e, no mérito, negado provimento” e “afastada violação dos arts. 5º, V e X, da CF e dos arts. 186 e 927 do CCB”.

Necessário esclarecer que se optou por não analisar decisões em que aplicados a Súmula nº 126 ou óbices processuais, privilegiando-se, portanto, o exame detido das razões dos acórdãos nos quais o Tribunal Superior do Trabalho efetivamente perquiriu a configuração ou não do dano existencial decorrente de sobrejornada de trabalho do motorista profissional.

Como critério adicional, buscou-se eleger julgamentos que manifestassem posições distintas, tanto no sentido do reconhecimento quanto da ausência de dano existencial, objetivando que ficassem registrados, também na pesquisa qualitativa, a pluralidade de entendimentos que compõem o TST.

No **primeiro acórdão** examinado, cuja ementa se transcreve a seguir, a Segunda Turma do Tribunal Superior do Trabalho não conheceu do recurso de revista interposto pela reclamada, *afastando violação do artigo 5º, incisos V e X, da Constituição e dos artigos 186 e 927 do Código Civil*:

RECURSO INTERPOSTO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.015/2014. INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. JORNADA EXAUSTIVA. 15 (QUINZE) HORAS DIÁRIAS DE TRABALHO. DANO MORAL IN RE IPSA. PRESUNÇÃO HOMINIS. A controvérsia cinge-se à caracterização ou não do dano moral no caso de cumprimento de jornada exaustiva pelo empregado. O Regional reconheceu "a jornada de trabalho excessiva do reclamante - principalmente das 06h15 às 21h30, de segunda a sexta-feira, com dois intervalos de 30 minutos - como apta a configurar o dano moral existencial". Diante disso, manteve a sentença em que se condenou a reclamada ao pagamento de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) a título de indenização por danos morais. Esta Corte tem entendido que a submissão habitual dos trabalhadores à jornada excessiva de labor ocasiona-lhes dano existencial, modalidade de dano imaterial e extrapatrimonial em que os empregados sofrem limitações em sua vida pessoal por força de conduta ilícita praticada pelo empregador, exatamente como na hipótese dos autos, importando em confisco irreversível de tempo que poderia legitimamente destinar-se a descanso, convívio familiar, lazer, estudos, reciclagem profissional e tantas outras atividades, para não falar em recomposição de suas forças físicas e mentais, naturalmente desgastadas por sua prestação de trabalho. Portanto, o ato ilícito praticado pela reclamada acarreta dano moral in re ipsa, que dispensa comprovação da existência e da extensão, sendo presumível em razão do fato danoso. Recurso de revista não conhecido.¹⁴⁵

¹⁴⁵ BRASIL. TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO. Processo n. RR-402-61.2014.5.15.0030, Relator Ministro: José Roberto Freire Pimenta, Data de Julgamento: 08/11/2017, 2ª Turma, Data de Publicação: DEJT 10/11/2017.

Tendo o Regional verificado o cumprimento de jornada de trabalho excessiva pelo reclamante – das 6h15 às 21h30, de segunda a sexta-feira, com dois intervalos de trinta minutos –, entendeu-o apto a ensejar a configuração de dano existencial, mantendo a condenação da empresa empregadora ao pagamento da indenização no importe de quinze mil reais.

No mesmo sentido, a Segunda Turma afirmou a conduta ilícita da reclamada ao submeter o trabalhador ao cumprimento habitual de jornada de trabalho que entendeu excessiva e exaustiva, constituindo abuso do poder diretivo. Afirmou que a violação à limitação da duração do trabalho implicou no “confisco irreversível de tempo que poderia legitimamente destinar-se a descanso, convívio familiar, lazer, estudos, reciclagem profissional e tantas outras atividades, para não falar em recomposição de suas forças físicas e mentais, naturalmente desgastadas por sua prestação de trabalho”.

Destacou ofensa ao direito constitucional ao lazer, previsto no artigo 6º, *caput*, e restrição ao descanso, entendendo “ser extremamente fácil inferir o dano causado ao autor”, que teria sido atingido em sua dignidade, liberdade e patrimônio moral. Assinalando que “o extraordinário se prova e o ordinário se presume”, dispensou a comprovação do dano, por ser presumível em razão do ato ilícito em si, ratificando a decisão do TRT.

Pontue-se que o relator se utilizou tanto da expressão “dano moral” quanto “dano existencial” para designar a mesma situação, embora registrando na ementa, acertadamente, o dano existencial como “modalidade de dano imaterial e extrapatrimonial em que os empregados sofrem limitações em sua vida pessoal por força de conduta ilícita praticada pelo empregador”.

Por meio do **segundo acórdão**, a Terceira Turma deu provimento ao recurso de revista interposto pelo reclamante para reconhecer o dano existencial e condenar a parte adversa ao pagamento de indenização, ante a *violação do artigo 1º, inciso III, da Constituição Federal*:

DANO MORAL. DANO EXISTENCIAL. PRESTAÇÃO EXCESSIVA, CONTÍNUA E DESARRAZOADA DE HORAS EXTRAS. CONFIGURAÇÃO. O excesso de jornada extraordinária, para muito além das duas horas previstas na Constituição e na CLT, cumprido de forma habitual e por longo período, tipifica, em tese, o dano moral, na modalidade de dano existencial, por configurar manifesto comprometimento do tempo útil de disponibilidade que todo indivíduo livre, inclusive o empregado, ostenta para usufruir de suas atividades pessoais, familiares e sociais. A esse respeito é preciso compreender o sentido da ordem jurídica criada no País em cinco de outubro de 1988 (CF/88). É que a Constituição da República determinou a instauração, no Brasil, de um Estado Democrático de Direito (art. 1º da CF), composto, segundo a doutrina, de um tripé conceitual: a pessoa humana, com sua dignidade; a sociedade política,

necessariamente democrática e inclusiva; e a sociedade civil, também necessariamente democrática e inclusiva (Constituição da República e Direitos Fundamentais - Dignidade da Pessoa Humana, Justiça Social e Direito do Trabalho. 3ª ed. São Paulo: LTr, 2015, Capítulo II). Ora, a realização dos princípios constitucionais humanísticos e sociais (inviolabilidade física e psíquica do indivíduo; bem-estar individual e social; segurança das pessoas humanas, ao invés de apenas da propriedade e das empresas, como no passado; valorização do trabalho e do emprego; justiça social; subordinação da propriedade à sua função social, entre outros princípios) é instrumento importante de garantia e cumprimento da centralidade da pessoa humana na vida socioeconômica e na ordem jurídica, concretizando sua dignidade e o próprio princípio correlato da dignidade do ser humano. Essa realização tem de ocorrer também no plano das relações humanas, sociais e econômicas, inclusive no âmbito do sistema produtivo, dentro da dinâmica da economia capitalista, segundo a Constituição da República Federativa do Brasil. Dessa maneira, uma gestão empregatícia que submeta o indivíduo a reiterada e contínua jornada extenuante, que se concretize muito acima dos limites legais, por doze horas diárias, por exemplo, em dias sequenciais, agride todos os princípios constitucionais acima explicitados e a própria noção estruturante de Estado Democrático de Direito. Se não bastasse, essa jornada gravemente excessiva reduz acentuadamente e de modo injustificável, por longo período, o direito à razoável disponibilidade temporal inerente a todo indivíduo, direito que é assegurado pelos princípios constitucionais mencionados e pelas regras constitucionais e legais regentes da jornada de trabalho. Tal situação anômala deflagra, assim, o denominado dano existencial, que consiste em lesão ao tempo razoável e proporcional, assegurado pela ordem jurídica, à pessoa humana do trabalhador, para que possa se dedicar às atividades individuais, familiares e sociais inerentes a todos os indivíduos, sem a sobrecarga horária desproporcional, desarrazoada e ilegal, de intensidade repetida e contínua, em decorrência do contrato de trabalho mantido com o empregador. Na hipótese, restou consignado que o Reclamante laborava recorrentemente em jornadas superiores a 12 horas diárias. Logo, configurada essa situação no caso dos autos, deve ser restabelecida a sentença, que condenou a Reclamada no pagamento de indenização por danos morais no importe de R\$ 8.800,00. Recurso de revista conhecido e provido no aspecto.¹⁴⁶

Registrou-se na sentença ter o reclamante, motorista profissional, laborado frequentemente por jornadas superiores a doze horas, em dias sequenciais, “situação nefasta agravada pela necessidade de dormir na cabine do veículo, o que prejudica a qualidade do sono, devido ao estado de constante alerta gerado pela frequente ação de criminosos que agem nas rodovias públicas [...]”.

¹⁴⁶ BRASIL. TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO. Processo n. RR-2837-07.2013.5.09.0128, Relator Ministro: Mauricio Godinho Delgado, Data de Julgamento: 26/10/2016, 3ª Turma, Data de Publicação: DEJT 28/10/2016.

Não obstante, o Tribunal Regional do Trabalho excluíra a condenação da reclamada ao pagamento de indenização por dano existencial – fixada na sentença no importe de oito mil e oitocentos reais –, sob o fundamento de que, embora o reclamante tivesse cumprido jornadas de trabalho excessivas, “o sofrimento que a parte autora alegou ter passado é extremamente subjetivo, não havendo prova real da ocorrência do dano extrapatrimonial”.

Atentando para o sentido da ordem jurídica instituída pela Constituição Federal de 1988, instauradora de um Estado Democrático de Direito assentado em um “tripé conceitual” – pessoa humana, sociedade política e sociedade civil –, o relator destacou que a realização dos princípios constitucionais e sociais, instrumentos de concretização da dignidade humana, tem de ocorrer em todas as relações, inclusive as de trabalho.

Sustentou que a submissão do trabalhador a jornadas continuamente excessivas agride os princípios da inviolabilidade física e psíquica do indivíduo, do bem-estar individual e social, da valorização do trabalho e do emprego, da justiça social e da subordinação da propriedade à sua função social, dos quais decorre, ainda, o direito à razoável disponibilidade temporal, também violado.

Nesse sentido, entendeu configurado o dano existencial, caracterizando-o como um “subtipo de dano moral” e consistente em prejuízo do tempo assegurado ao sujeito trabalhador pela ordem jurídica para desenvolver atividades individuais e sociais inerentes à existência humana, “sem a sobrecarga horária desproporcional, desarrazoada e ilegal, de intensidade repetida e contínua, em decorrência do contrato de trabalho mantido com o empregador”.

O **terceiro acórdão** analisado provém da Oitava Turma, que conheceu do recurso de revista interposto pela reclamada em razão de *divergência jurisprudencial* e deu-lhe provimento para excluir da condenação o pagamento de indenização por dano existencial:

RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.015/2014 - JORNADA EXTENUANTE. INDENIZAÇÃO POR DANO EXISTENCIAL. NÃO COMPROVAÇÃO. Esta Corte tem firmado o entendimento de que a imposição ao empregado de jornada excessiva, por si só, não implica ato ilícito apto a ensejar o pagamento de indenização a título de dano existencial, especialmente quando não comprovado, pelo empregado, prejuízo efetivo. Precedentes. Recurso de revista conhecido e provido.¹⁴⁷

¹⁴⁷ BRASIL. TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO. Processo n. RR-10919-87.2014.5.15.0075, Relator Ministro: Márcio Eurico Vitral Amaro, Data de Julgamento: 26/04/2017, 8ª Turma, Data de Publicação: DEJT 28/04/2017.

O Regional, consignando a habitual jornada extenuante e a supressão de intervalos intrajornada do reclamante, afirmou que a violação à limitação da jornada de trabalho implicou em ofensa a direitos fundamentais e colocou em risco a vida do trabalhador e da própria sociedade, tendo em vista a profissão de motorista exercida. Nesse sentido, reconheceu o dano existencial, ressaltando ser este presumido – *in re ipsa* –, já que decorreria da própria situação de fato, prescindindo de comprovação de prejuízo.

Em sentido diverso, o julgado colacionado pelo recorrente para atestar a divergência jurisprudencial considerou ser “necessária a prova de que a rotina de trabalho do empregado tenha prejudicado seu projeto de vida e suas relações afetivas e sociais” e “não haver espaço para a simples presunção no caso em tela tendo em vista a contínua prestação de horas extras”.

Afirmou o relator, mencionando precedentes da Sétima e da Quarta Turma, ter o Tribunal Superior do Trabalho firmado entendimento no sentido de que a imposição de jornadas excessivas ao trabalhador, embora enseje o pagamento de horas extras, por si só não constitui ato ilícito apto a implicar em dano existencial. Aduzindo à necessidade de comprovação do prejuízo causado pelo cumprimento de sobrejornadas e ao ônus probatório do reclamante de fato constitutivo do seu direito, entendeu não haver registro no acórdão regional a respeito de eventuais prejuízos sofridos pelo trabalhador em razão da jornada em excesso e deu provimento ao recurso da empregadora.

O **quarto acórdão** objeto de análise se refere a recurso de revista provido pela Quarta Turma por *violação dos artigos 186 e 927 do Código Civil* para excluir a condenação da reclamada ao pagamento de indenização por dano existencial, tendo em vista a compreendida ausência de comprovação da prática de ato ilícito e do prejuízo suportado:

RECURSO DE REVISTA. APELO INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DA LEI N.º 13.015/2014. INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL EXISTENCIAL. JORNADA EXCESSIVA. Na hipótese dos autos, a indenização foi deferida pelo excesso da jornada de trabalho. Apesar de constar no acórdão regional que o Autor laborou durante seis meses das 5h às 21h30, com dois intervalos de trinta minutos cada e duas folgas mensais de 24 horas, não ficou demonstrado que ele tenha deixado de realizar atividades em seu meio social ou tenha sido afastado do seu convívio familiar para estar à disposição do Empregador. No caso destes autos, não se pode afirmar, genericamente, que o prejuízo ensejador do dano moral seja *in re ipsa*, isto é, independentemente de prova da efetiva lesão à honra, à moral ou à imagem do empregado. Não houve demonstração cabal do prejuízo, tampouco foi comprovada a prática de ato ilícito por parte da empregadora. Logo,

não é devida a indenização. Recurso de Revista parcialmente conhecido e provido.¹⁴⁸

O relator caracterizou o dano existencial como espécie de dano moral decorrente de conduta ilícita do empregador que impossibilita o trabalhador de “estabelecer a prática de um conjunto de atividades culturais, sociais, recreativas, esportivas, afetivas, familiares, etc., ou de desenvolver seus projetos de vida nos âmbitos profissional, social e pessoal”, limitando a sua vida fora do ambiente de trabalho.

Embora o Regional tenha consignado ter o motorista laborado, durante seis meses, “das 5h às 21h30, com dois intervalos de trinta minutos e duas folgas mensais de 24 horas”, ou seja, cumprindo uma jornada de cerca de treze horas e meia, a Quarta Turma entendeu não ter-se demonstrado “que ele tenha deixado de realizar atividades em seu meio social ou tenha sido afastado do seu convívio familiar para estar à disposição do empregador”, referindo-se à necessidade de prova efetiva da lesão à honra, à moral ou à imagem do trabalhador para a configuração do dano existencial.

Além de entender pela ausência de “demonstração cabal” do prejuízo, a Turma asseverou não ter se configurado ato ilícito do empregador, aduzindo que a submissão do trabalhador a jornadas excessivas, por si só, não constitui ato ilícito. Assim afirmou:

Apenas o contumaz descumprimento da legislação trabalhista, como o excesso de labor em sobrejornada além do limite legal, o que configura exploração da mão de obra, portanto, ato ilícito, juntamente com a comprovação do prejuízo ao seu desenvolvimento pessoal e às relações sociais, representa afronta aos direitos fundamentais do trabalhador, o que caracteriza o efetivo dano existencial.

Entendendo pela inexistência de comprovação de ato ilícito praticado pela empresa empregadora e de prejuízo sofrido pelo reclamante, a Turma identificou violação dos artigos 186 e 927 do Código Civil.

O **quinto acórdão** consiste no único recurso de revista localizado pela pesquisa *conhecido por divergência jurisprudencial e, no mérito, desprovido*:

DANO MORAL. JORNADA DE TRABALHO EXAUSTIVA. RESTRIÇÃO AO DIREITO SOCIAL AO LAZER. As regras de limitação da jornada e duração semanal do trabalho tem importância fundamental na manutenção do conteúdo

¹⁴⁸ BRASIL. TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO. Processo n. RR-11197-30.2014.5.15.0062, Relatora Ministra: Maria de Assis Calssing, Data de Julgamento: 23/11/2016, 4ª Turma, Data de publicação: DEJT 23/11/2016.

moral e dignificante da relação laboral, preservando o direito social ao lazer, previsto constitucionalmente (art. 6º, *caput*). É fácil perceber que o empresário que decide descumprir as normas de limitação temporal do trabalho não prejudica apenas os seus empregados, mas tensiona para pior as condições de vida de todos os trabalhadores que atuam naquele ramo da economia. Diante desse quadro, tem-se que a deliberada e reiterada desobediência do empregador às normas de limitação temporal do trabalho ofende toda a população, que tem por objetivo fundamental construir uma sociedade livre, justa e solidária (art. 3º, I, da CF). Tratando-se de lesão que viola bem jurídico indiscutivelmente caro a toda a sociedade, surge o dever de indenizar, sendo cabível a reparação por dano moral. Frise-se que, na linha da teoria do *danum in re ipsa*, não se exige que o dano moral seja demonstrado. Ele decorre, inexoravelmente, da gravidade do fato ofensivo que, no caso, restou materializado pela exigência de prática de jornada exaustiva e consequente descumprimento de norma que visa à manutenção da saúde física e mental dos trabalhadores no Brasil. Recurso de revista conhecido e desprovido.¹⁴⁹

No caso, o Tribunal Regional consignou ter a empregadora submetido o empregado a jornada exaustiva, referindo-se a trabalho “em condições análogas à escravidão”. Entendeu violados os direitos ao lazer e ao descanso e comprometida a dignidade do trabalhador em razão do abuso do poder diretivo, configurando o “dano existencial, de influxo moral” a ser indenizado na quantia de trinta mil reais.

A Terceira Turma conheceu do recurso de revista interposto pela reclamada, entendendo caracterizado o dissenso jurisprudencial tendo em vista as decisões apontadas pela recorrente “esposarem tese no sentido de que a jornada extenuante não autoriza a condenação em indenização por dano moral”.

Discorrendo a respeito do contexto de surgimento do Direito do Trabalho como ramo jurídico autônomo, o relator destacou a limitação temporal da exploração do trabalho como uma conquista da sociedade moderna, advinda da preocupação em imprimir às relações de trabalho “conteúdo moral e civilizatório”, em oposição a uma concepção do trabalhador reduzido a “ser econômico” e desumanizado.

Mencionado as disposições adotadas pela OIT quanto à limitação da jornada de trabalho, refere-se ao compromisso da sociedade brasileira em limitar a duração do trabalho, manifestado no artigo 7º, inciso XIII, da Constituição Federal, e relacionou-a à preservação do direito ao lazer previsto no artigo 6º e do conteúdo dignificante do trabalho.

¹⁴⁹ BRASIL. TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO. Processo n. RR-4112-57.2013.5.03.0063, Relator Ministro: Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira, Data de Julgamento: 09/03/2016, 3ª Turma, Data de publicação: DEJT 11/03/2016.

Afirmou que o descumprimento persistente pelo empregador das regras concernentes à limitação da duração do trabalho ofende não só o trabalhador prejudicado, mas o projeto de construção de uma sociedade livre, justa e solidária, conforme disposição do artigo 3º, inciso I, da Constituição, entendendo surgir o dever de indenizar da violação a “bem jurídico indiscutivelmente caro a toda a sociedade”.

Reportou-se à doutrina no sentido da configuração do dano moral *in re ipsa*, entendendo ter o dano decorrido da “exigência da prática de jornada exaustiva e consequente descumprimento de norma que visa à manutenção da saúde física e mental dos trabalhadores no Brasil”, tendo registrado que o reclamante laborava de 5h às 23h, com trinta minutos de intervalo intrajornada, inclusive em domingos e feriados, e somente usufruía de dois repousos semanais por mês.

A análise empenhada confirma que o Tribunal Superior do Trabalho reconhece, por vezes, que os motoristas profissionais submetidos a jornadas excessivas de trabalho – situação que se mostrou recorrente, considerada a quantidade de processos localizados, e que tende a agravar-se ante a crescente flexibilização da legislação trabalhista – sofrem dano existencial.

No entanto, a inexistência de um consenso quanto ao que se pode considerar um regime exaustivo de trabalho e uma violação contumaz das normas de limitação de jornada pelo empregador, assim como a controvérsia quanto à necessidade de prova do prejuízo ao projeto de vida e à vida de relações – que se sobressai como a questão alvo de maior disputa no âmbito do TST – dificultam a adoção de um padrão de fundamentação uniforme pelo Tribunal que, a partir de uma interpretação constitucional do direito à limitação de jornada, ofereça proteção ao patrimônio imaterial do motorista profissional.

A fundamentação que lastreia a configuração do dano existencial *in re ipsa*, havendo a prestação de horas extraordinárias habituais e excessivas, longe de banalizar o instituto, leva em consideração a interlocução entre a limitação da duração do trabalho e o exercício de direitos fundamentais que permitem ao sujeito trabalhador uma existência plena.

Com efeito, a análise qualitativa indica que, nas decisões em que se vislumbrou a caracterização do dano pelo fato em si – tendo em conta jornadas de doze até absurdas dezoito horas, nas quais, à luz das circunstâncias consignadas pelo Tribunal de origem, entendeu-se ter restado o trabalhador privado do proveito da sua vida pessoal –, o TST não se ateve à fundamentação civilista atinente à responsabilização civil. Articulou, principalmente, com as bases de um Estado Democrático de Direito e os princípios que culminam na dignidade da pessoa humana, e, no âmbito do Direito do Trabalho, no direito fundamental ao trabalho digno.

CONCLUSÃO

A presença constante dos motoristas profissionais nos noticiários recentes reflete a força da categoria e a sua importância para o funcionamento da sociedade brasileira – fortemente dependente do transporte rodoviário –, o que atenta para a imprescindibilidade de o Direito e a Justiça do Trabalho pensarem em parâmetros de proteção para esses trabalhadores, frequentemente submetidos a jornadas de trabalho excessivas.

O limite constitucional da duração do trabalho em oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, disposto no artigo 7, inciso XIII, da Constituição Federal, reflete um processo histórico de surgimento e desenvolvimento de mecanismos justralhistas de proteção contra a superexploração do trabalho.

Referida limitação revela-se indispensável à concretização da dignidade da pessoa humana, fundamento que norteia a Constituição Federal, na medida em que viabiliza a recomposição física, mental e emocional do trabalhador e garante tempo disponível para a construção de uma vida em comunidade, relacionando-se intimamente a outros direitos fundamentais, como lazer, saúde, descanso e bem-estar. É sob essa perspectiva constitucional que devem ser interpretados os dispositivos legais que regulam a duração do trabalho, garantindo-se não só o acesso ao trabalho, mas também o exercício do trabalho em condições dignas.

Em sentido diverso caminhou a Lei nº 13.103/2015, que ao promover diversas alterações na regulamentação da atividade dos motoristas profissionais, buscou subverter a lógica constitucional da limitação da jornada de trabalho. Destacam-se, entre o amplo rol de modificações nocivas, a autorização à configuração de um regime de quatro horas extraordinárias – totalizando 12 horas diárias – mediante instrumento de negociação coletiva, a supressão do tempo de reserva, a desconsideração do tempo de espera como componente suplementar da jornada de trabalho, a redução de períodos de descanso e a ampliação das possibilidades de fracionamento dos intervalos.

As disposições revelam a incerteza de uma desvinculação plena do trabalho e levam a crer no estabelecimento de um regime de sobrejornada permanente e de trabalho extenuante para os motoristas profissionais.

Em contramovimento, cumpre ao Judiciário Trabalhista, em atenção ao seu papel democrático de concretização da justiça social, oferecer interpretação do ordenamento jurídico coerente com o paradigma de proteção à pessoa humana e ao trabalho digno consolidado pelo Texto Constitucional, pensando em limites para conter a violação do direito constitucional à

limitação de jornada, por meio da construção de um padrão regulatório jurisprudencial de base constitucional que ofereça reconhecimento aos abusos e ofensas sofridos pelos motoristas profissionais.¹⁵⁰

Nesse sentido, tendo por marco teórico a tese desenvolvida por Maria Cecília Lemos¹⁵¹, a pesquisa procurou indicar, considerando o cumprimento de sobrejornadas de trabalho pelos motoristas profissionais, a perspectiva de configuração do dano existencial, instituto proveniente do Direito Civil caracterizado pela afronta ou frustração do projeto de vida ou da vida de relações do indivíduo, componentes de seu patrimônio imaterial.

Erigindo o ser humano à posição central do ordenamento jurídico, a Constituição Federal consagrou o princípio da reparação integral do dano e conduziu à evolução da responsabilidade civil para ampliar a tutela dos interesses imateriais do indivíduo, na qual encontra guarida a figura do dano existencial.

Com efeito, o dano existencial alcançou reconhecimento na Justiça do Trabalho muito antes da sua positivação no ordenamento jurídico por meio da Lei nº 13.467/2017, constituindo a sobrejornada habitual de trabalho hipótese recorrente de configuração considerada a ausência de tempo de disponibilidade para a realização de atividades comunitárias, recreativas, esportivas, intelectuais e religiosas e para a consecução de projetos pessoais, sociais e profissionais.

A pesquisa jurisprudencial desenvolvida evidenciou uma quantidade considerável de processos envolvendo a discussão da configuração do dano existencial em decorrência da submissão do motorista a um regime de trabalho que extrapola a duração razoável do trabalho, o que aponta para as frequentes sobrejornadas de trabalho cumpridas pelos integrantes da categoria.

Foram localizados trinta e um acórdãos de julgamento de recurso revista que se enquadraram no tema, cujos dados foram compilados de forma a compreender o padrão decisório do Tribunal Superior do Trabalho. Verificou-se ser comum o labor superior às doze horas diárias – o máximo permitido pela Lei 13.103/2015, consideradas as quatro horas extraordinárias – e a supressão de intervalos e repousos semanais.

A análise apurou que o Tribunal Superior do Trabalho, em mais da metade dos casos localizados, não reconheceu a ocorrência do dano existencial. Ainda que a diferença

¹⁵⁰ LEMOS, Maria Cecília de Almeida Monteiro. *O dano existencial nas relações de trabalho intermitentes: reflexões na perspectiva do direito fundamental ao trabalho digno*. Tese de Doutorado, Faculdade de Direito, Universidade de Brasília, 2018, p. 24.

¹⁵¹ Ibid.

quantitativa entre os processos em que reconhecido e aqueles em que não reconhecido o dano existencial do motorista não seja enorme, traduz o grande problema enfrentado não só pelo TST, mas pela Justiça do Trabalho com um todo, e que se evidenciou também na análise qualitativa: a dificuldade de fixação de um padrão decisório para o enfrentamento do tema do dano existencial em relações de trabalho caracterizadas por jornadas abusivas, sobretudo quanto à necessidade ou não de comprovação do prejuízo.

Embora a questão probatória não se restrinja à categoria dos motoristas, a pesquisa vislumbrou que poucas decisões efetivamente consideraram as especificidades da atividade desenvolvida quando perquirida a configuração do dano existencial e sequer fizeram referência à categoria profissional na ementa dos julgados, o que dificulta seja atribuída ampla proteção à dignidade do trabalhador motorista profissional.

O que se sustenta é que, a partir de uma leitura constitucionalizada da limitação à duração do trabalho, pode-se oferecer, por meio da configuração do dano existencial, uma espécie de contraponto ao elastecimento da jornada da categoria promovido pela Lei nº 13.103/2015, vez que a simples indenização das horas extraordinárias trabalhadas mostra-se insuficiente para coibir a latente incorporação do excesso de jornada ao contrato de trabalho do motorista e para atender ao objetivo essencial do Direito do Trabalho de desmercantilização do trabalho.

Essa fundamentação de enfoque constitucional, que atende aos objetivos do Estado Democrático de Direito e à concretização do direito ao trabalho digno, já se manifesta, como visto na análise jurisprudencial, em precedentes do TST, que podem contribuir para a construção de um padrão regulatório lastreado na limitação constitucional do trabalho e na proteção de direitos fundamentais do trabalhador motorista.

Assim, no que tange à situação dos motoristas profissionais – sujeitos a condições degradantes nas rodovias e a jornadas que podem alcançar 12 horas de trabalho, conforme prevê a legislação de regência –, o instituto do dano existencial oferece-se como possível e pertinente saída para a construção de um marco regulatório jurisprudencial, tutelando o direito do sujeito trabalhador ao trabalho digno e a sua realização enquanto ser humano por meio de um projeto de vida e de uma vida relações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABUD, Cláudia José. Dano existencial nas relações de trabalho. *Revista de Direito do Trabalho*. São Paulo: RT, v. 186, n. 44, fev. 2018, p. 116-117.

ALMEIDA NETO, Amaro Alves de. *Dano existencial: A tutela da dignidade da pessoa humana*, 38 p. Disponível em:

<http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/cao_consumidor/doutrinas/DANO%20EXISTENCIAL.doc> Acesso em 24/05/2019.

BELMONTE, Alexandre Angra. A nova lei dos motoristas profissionais (nº 13.103/2015) e as questões jurídicas decorrentes. *Revista do Tribunal Superior do Trabalho*, v. 82, n. 1, p. 19-42, jan./mar. 2016.

BOUCINHAS FILHO, Jorge Cavalcante; ALVARENGA, Rúbia Zanotelli de. O dano existencial e o Direito do Trabalho. *Revista TST*, Brasília, vol. 79, n. 2, p. 241-261, abr/jun 2013.

CARDOSO, Deborah. Uma nova perspectiva sobre o transporte rodoviário de carga no Brasil: jornada de trabalho do motorista profissional à luz da Lei nº 13.103/2015. *Revista do Tribunal Superior do Trabalho*, v. 82, n. 1, p. 77-113, jan./mar. 2016.

CARVALHO, Augusto César Leite de. Trabalho rodoviário: reflexões sobre a reforma legal de 2015. *Revista do Tribunal Superior do Trabalho*, São Paulo, v. 82, n. 1, jan./mar. 2016, p. 60-76.

CARVALHO, Augusto César Leite de. A nova lei dos motoristas profissionais: a dificuldade de ponderar interesses de patrões, empregados, passageiros e usuários das estradas brasileiras. *Como aplicar a CLT a luz da Constituição: alternativas para os que militam no foro trabalhista*. São Paulo: LTr, 2016, p. 390-401.

CASSAR, Vólia Bomfim. *Direito do Trabalho: de acordo com a reforma trabalhista Lei 13.467/2017*. 15ª ed. rev. atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense. São Paulo: Método, 2018.

COBRE, Paulo; BOLLMANN, Desirré Dorneles de Ávila. *Dignidade da pessoa, dano existencial e jornadas extenuantes: inconstitucionalidade da nova jornada 12x36 introduzida pela Lei nº 13.467/2017*. *Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região*, v. 21, n. 30, 2018, p. 417-446.

COELHO, Luciano Augusto de Toledo. As Leis 12.619/2012 e 13.103/2015 e flexibilização da jornada de trabalho do motorista em transporte rodoviário de passageiros e de cargas. *Revista eletrônica [do] Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região*, Curitiba, PR, v. 5, n. 45, p. 35-49, out. 2015.

COIMBRA, Rodrigo. Fundamentos e evolução da limitação constitucional da duração do tempo de trabalho no Brasil. *e-Pública*, Lisboa, v. 3, n. 1, p. 184-206, abr. 2016. Disponível em <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2183-184X2016000100011&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 16/04/2019.

DELGADO, Gabriela Neves. *Direito Fundamental ao Trabalho Digno*. 2ª ed. São Paulo: LTr, 2015.

DELGADO, Maurício Godinho. DELGADO, Gabriela Neves. *A Reforma Trabalhista no Brasil: com os comentários à Lei 13.467/2017*. São Paulo: LTr, 2017.

DELGADO, Maurício Godinho; DELGADO, Gabriela Neves. *Constituição da República e Direitos Fundamentais: dignidade da pessoa humana, justiça social e direito do trabalho*. 3ª ed. São Paulo: Ltr, 2015.

DELGADO, Maurício Godinho. DELGADO, Gabriela Neves. O Princípio da Dignidade da Pessoa Humana e o Direito do Trabalho. *Diálogos entre o Direito do Trabalho e o Direito Consitucional: estudos em homenagem a Rosa Maria Weber*. São Paulo: Saraiva, 2014, p. 203-218.

DELGADO, Maurício Godinho. *Curso de Direito do Trabalho*. 17ª ed. São Paulo: LTr, 2018.

DELGADO, Mauricio Godinho. Democracia, Constituição Federal de 1988 e Direito do Trabalho no Brasil. *Como aplicar a CLT à luz da Constituição : alternativas para os que*

militam no foro trabalhista. Márcio Túlio Viana, Cláudio Jannotti da Rocha, coordenadores. São Paulo: LTR, 2016, p.72-84.

FROTA, Hidemberg Alves da. Noções fundamentais sobre o dano existencial. *Revista Eletrônica*. setembro de 2013. Disponível em: <<https://juslaboris.tst.jus.br/handle/20.500.12178/95532>> Acesso em: 22/05/2019.

GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa. *Curso de Direito do Trabalho*. 12ª ed. rev. atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

GONÇALVES, Carlos Roberto. *Responsabilidade Civil*. 16ª edição. São Paulo, Saraiva, 2015.

LEMO, Maria Cecília de Almeida Monteiro. *O dano existencial nas relações de trabalho intermitentes: reflexões na perspectiva do direito fundamental ao trabalho digno*. Tese de Doutorado, Faculdade de Direito, Universidade de Brasília, 2018.

MOLINA, André Araújo. Dano existencial por violação dos direitos fundamentais ao lazer e a desconexão do trabalhador, *Revista LTr: legislação do trabalho*, v. 81, n. 4, p. 465-477, abr. 2017.

MORAES, Paulo Douglas Almeida de. Negociado sobre o legislado: uma proposta em que todos perdem: transporte rodoviário de cargas, um eloquente exemplo. *Revista do Tribunal Superior do Trabalho*, São Paulo, SP, v. 82, n. 4, p. 246-271, out./dez. 2016.

NASCIMENTO, Sônia Mascaro. Dano existencial nas relações de trabalho. *Revista LTR: legislação do trabalho*, v. 78, n. 8, p. 965-972, ago. 2014.

NASCIMENTO, Sônia Mascaro. O dano extrapatrimonial e a Lei nº 13.467/2017. *Revista LTR: legislação do trabalho*, v. 81, n. 9, p. set. 2017, p. 1031-1042.

OLIVEIRA, Sebastião Geraldo de. O advento legal do dano existencial trabalhista. *Revista LTr: legislação do trabalho*, v. 82, n. 10, p. 1177-1186, out. 2018.

OLIVEIRA, Sebastião Geraldo de. O dano extrapatrimonial trabalhista após a Lei nº 13.467/2017, modificada pela MP Nº 808, de 14 de novembro de 2017. *Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região*, Belo Horizonte, edição especial, p. 333-368, nov. 2017.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. *Responsabilidade Civil*. 11ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

PORTO, Noemia. Duração do trabalho e a Lei n. 13.467/2017: desafios reais da sociedade do presente na contramão da "reforma trabalhista". *Revista do Tribunal Superior do Trabalho*, São Paulo, SP, v. 83, n. 4, p. 287-315, out./dez. 2017.

ROCHA, Ana Luísa Gonçalves. Jornada de trabalho excessiva do motorista profissional: dano existencial em perspectiva. *Revista dos Estudantes de Direito da UnB*, n. 15, 2018, 239-246.

ROSENVALD, Nelson. *As funções da responsabilidade civil: a reparação e a pena civil*. 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

SILVA, Sayonara Grillo Coutinho Leonardo da; HORN, Carlos Henrique. O princípio da proteção e a regulação não-mercantil do mercado e das relações de trabalho. In: *Revista de Direito do Trabalho*. Ano 34, n. 132, São Paulo: RT, out-dez. de 2008, p.184-205.

SOARES, Flaviana Rampazzo. *Responsabilidade civil por dano existencial*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009.

SUSSEKIND, Arnaldo. *Instituições de Direito de Trabalho: Volume II*. 22ª ed. São Paulo: LTr, 2005. p. 802-845.

ANEXO I – TABELAS

TABELA I

Processo	Publicação	Turma	Gênero do reclamante	Recorrente
RR-1351-49.2012.5.15.0097	15/03/2019	2	Masculino	Reclamada
RR-21020-05.2015.5.04.0028	11/12/2017	3	Masculino	Reclamante
RR-2837-07.2013.5.09.0128	28/10/2016	3	Masculino	Reclamante
RR-1625-41.2012.5.04.0801	11/04/2017	3	Masculino	Reclamada
RR-10549-59.2015.5.15.0080	24/03/2017	3	Masculino	Reclamada
RR-718-34.2014.5.12.0038	10/06/2016	6	Masculino	Reclamada
RR-410-74.2014.5.09.0654	22/03/2019	4	Masculino	Reclamante
RR-681-06.2013.5.08.0118	08/06/2018	8	Masculino	Reclamada
RR-402-61.2014.5.15.0030	10/11/2017	2	Masculino	Reclamada
RR-986-47.2013.5.04.0232	22/09/2017	6	Masculino	Reclamada
RR-10212-59.2015.5.15.0019	02/06/2017	8	Masculino	Reclamada
RR-16100-72.2013.5.17.0132	12/05/2017	8	Masculino	Reclamada
RR-695-53.2014.5.09.0594	05/05/2017	7	Masculino	Reclamante
RR-10919-87.2014.5.15.0075	28/04/2017	8	Masculino	Reclamada
RR-170-57.2015.5.23.0041	28/04/2017	3	Feminino	Reclamante
RR-1328-05.2013.5.03.0097	11/04/2017	3	Masculino	Reclamada
RR-10391-31.2013.5.15.0126	17/03/2017	8	Masculino	Reclamada
RR-954-53.2014.5.15.0021	11/04/2017	8	Masculino	Reclamada
RR-11215-83.2014.5.15.0019	03/03/2017	8	Masculino	Reclamada
RR-11062-68.2014.5.15.0110	03/03/2017	8	Masculino	Reclamada
RR-424-72.2014.5.04.0662	03/03/2017	3	Masculino	Reclamada
RR-85400-25.2013.5.13.0006	19/12/2016	7	Masculino	Reclamada
RR-11197-30.2014.5.15.0062	09/12/2016	4	Masculino	Reclamada
RR-2583-84.2013.5.15.0025	09/09/2016	2	Masculino	Reclamante
RR-11640-50.2013.5.03.0029	02/09/2016	5	Masculino	Reclamada
RR-1444-15.2013.5.15.0020	03/06/2016	8	Masculino	Reclamada
RR-846-28.2012.5.04.0303	06/05/2016	8	Masculino	Reclamante
RR-220-32.2011.5.01.0075	15/04/2016	8	Masculino	Reclamada
RR-4112-57.2013.5.03.0063	11/03/2016	3	Masculino	Reclamada
RR-191-55.2013.5.15.0096	11/09/2015	7	Masculino	Reclamada
RR-1391-25.2012.5.15.0002	14/08/2015	8	Masculino	Reclamada

TABELA II

Processo	Reconhecimento do dano existencial	Dano <i>in re ipsa</i>	Fundamentação
RR-1351-49.2012.5.15.0097	Sim	Sim	Óbice processual: Súmula 333 e art. 896, §4º, da CLT
RR-21020-05.2015.5.04.0028	Sim	Sim	Conhecido por violação do arts. 5º, X da CF e dos arts. 186 e 927 do CCB
RR-2837-07.2013.5.09.0128	Sim	Sim	Conhecido por violação do art. 1º, III, da CF
RR-1625-41.2012.5.04.0801	Sim	Sim	Óbice processual: art. 896, "a", da CLT e Súmulas 296, I e 23 do TST
RR-10549-59.2015.5.15.0080	Sim	Sim	Súmula 126
RR-718-34.2014.5.12.0038	Sim	Não	Óbice processual: art. 896, § 8º
RR-410-74.2014.5.09.0654	Não	Não	Súmula 126
RR-681-06.2013.5.08.0118	Não	Não	Conhecido por violação do art. 927 do CCB
RR-402-61.2014.5.15.0030	Sim	Sim	Afastada a violação dos arts. 5º, V e X, da CF e dos arts. 186 e 927 do CCB
RR-986-47.2013.5.04.0232	Sim	Não	Afastada a violação dos arts. 5º, V e X, da CF
RR-10212-59.2015.5.15.0019	Não	Não	Conhecido por violação do art. 186 do CCB
RR-16100-72.2013.5.17.0132	Não	Não	Conhecido por divergência jurisprudencial
RR-695-53.2014.5.09.0594	Não	Não	Óbice processual: art. 896, § 1º-A, II e III, da CLT,
RR-10919-87.2014.5.15.0075	Não	Não	Conhecido por divergência jurisprudencial
RR-170-57.2015.5.23.0041	Não	Não	Óbice processual: Lei 13.015/2014 - IN 40 do TST
RR-1328-05.2013.5.03.0097	Sim	Sim	Súmula 126
RR-10391-31.2013.5.15.0126	Não	Não	Conhecido por divergência jurisprudencial
RR-954-53.2014.5.15.0021	Não	Não	Conhecido por violação do art. 186 ou 927 do CCB
RR-11215-83.2014.5.15.0019	Não	Não	Conhecido por violação ao art. 5º, V, da CF
RR-11062-68.2014.5.15.0110	Não	Não	Conhecido por divergência jurisprudencial
RR-424-72.2014.5.04.0662	Sim	Sim	Súmula 126
RR-85400-25.2013.5.13.0006	Não	Não	Conhecido por divergência jurisprudencial
RR-11197-30.2014.5.15.0062	Não	Não	Conhecido por violação do art. 186 e 927 do CCB

RR-2583- 84.2013.5.15.0025	Sim	Sim	Conhecido por divergência jurisprudencial
RR-11640- 50.2013.5.03.0029	Sim	Sim	Óbice processual: art. 896, § 7º, Súmula 333 TST
RR-1444- 15.2013.5.15.0020	Não	Não	Conhecido por divergência jurisprudencial
RR-846- 28.2012.5.04.0303	Não	Não	Afastada violação dos arts. 186 e 927 do CCB e do art. 5º, X, da CF
RR-220- 32.2011.5.01.0075	Sim	Não	Súmula 126
RR-4112- 57.2013.5.03.0063	Sim	Sim	Conhecido por divergência jurisprudencial e, no mérito, negado provimento
RR-191- 55.2013.5.15.0096	Não	Não	Conhecido por divergência jurisprudencial e violação dos artigos 818 da CLT e 333, I, do CPC
RR-1391- 25.2012.5.15.0002	Não	Não	Conhecido por violação do art. 927 do CCB

TABELA III

Processo	Decisão do TRT	Indenização	Valor	Fatos e provas
RR-1351-49.2012.5.15.0097	Reformada parcialmente quanto ao valor	Reduzida	20.000	15h diárias
RR-21020-05.2015.5.04.0028	Reforma para reconhecer o dano existencial	Arbitrada	5.000	Mais de 10h diárias/até 24h diárias
RR-2837-07.2013.5.09.0128	Reforma para reconhecer o dano existencial	Restabelecida	8.800	Mais de 12h diárias
RR-1625-41.2012.5.04.0801	Mantida	Mantida	10.000	12h com 1h de intervalo intrajornada
RR-10549-59.2015.5.15.0080	Mantida	Mantida	10.000	18h diárias com 30 min de intervalo p/ almoço, 30 min de intervalo p/ jantar e 2 h de parada; duas folgas mensais
RR-718-34.2014.5.12.0038	Mantida	Mantida	Não informado	Prestação excessiva de hrs extras
RR-410-74.2014.5.09.0654	Mantida	-	-	14h diárias, com dois intervalos de 30 min para alimentação e 20 min para lanche
RR-681-06.2013.5.08.0118	Reformada para excluir o dano existencial	-	-	Jornada exaustiva de 4h30 às 23h
RR-402-61.2014.5.15.0030	Mantida	Mantida	15.000	15h diárias
RR-986-47.2013.5.04.0232	Mantida	Mantida	10.000	17h diárias
RR-10212-59.2015.5.15.0019	Reformada para excluir o dano existencial	-	-	Mais de 12 hrs diárias em média
RR-16100-72.2013.5.17.0132	Reformada para excluir o dano existencial	-	-	De 07/02/2008 a 31/05/2010: 66h extras semanais; de 01/06/2010 a 30/04/2012: 124h extras semanais
RR-695-53.2014.5.09.0594	Mantida	-	-	Não informado
RR-10919-87.2014.5.15.0075	Reformada para excluir o dano existencial	-	-	Não informado
RR-170-57.2015.5.23.0041	Mantida	-	-	Não informado
RR-1328-05.2013.5.03.0097	Mantida	Mantida	Não informado	12 a 13h diárias
RR-10391-31.2013.5.15.0126	Reformada para excluir o dano existencial	-	-	Cerca de 17h diárias
RR-954-53.2014.5.15.0021	Reformada para excluir o dano existencial	-	-	12h diárias
RR-11215-83.2014.5.15.0019	Reformada para excluir o dano existencial	-	-	23h40min no dia 27/06/2014, 16h30min no dia 29/06/2014, 27h00 nos dias 01/07/2014 e 02/07/2014, 24h30min nos

				dias 04/07/2014 e 05/07/2014, 22h02min no dia 08/07/2014, 23h10min no dia 17/07/2014, 21h08min no dia 20/07/2014 e 21h46min no dia 25/07/2014.
RR-11062-68.2014.5.15.0110	Reformada para excluir o dano existencial	-	-	Cerca de 17h diárias
RR-424-72.2014.5.04.0662	Mantida	Mantida	10.000	13h diárias
RR-85400-25.2013.5.13.0006	Reformada para excluir o dano existencial	-	-	12:30h de segunda à sexta; 9hs aos sábados, 12h um domingo ao mês
RR-11197-30.2014.5.15.0062	Reformada para excluir o dano existencial	-	-	De 5h às 21h30min e dois intervalos de 30 minutos cada e duas folgas mensais de 24h
RR-2583-84.2013.5.15.0025	Reformada para reconhecer o dano existencial	Arbitrada	20.000	16h diárias
RR-11640-50.2013.5.03.0029	Mantida	Mantida	Não informa	13h diárias
RR-1444-15.2013.5.15.0020	Reformada para excluir o dano existencial	-	-	Segunda a sexta-feira, das 05h às 18h30, com uma hora de intervalo, e aos sábados das 05h às 12h, sem intervalo
RR-846-28.2012.5.04.0303	Mantida	-	-	Não informado
RR-220-32.2011.5.01.0075	Reformada parcialmente quanto ao valor	Reduzida	5.000	Jornadas excessivamente longas sem folga semanal
RR-4112-57.2013.5.03.0063	Mantida	Mantida	30.000	De 5h às 23h, inclusive em domingos e feriados, com 30 min de intervalo intrajornada; supressão de dois repouso semanais por mês
RR-191-55.2013.5.15.0096	Reformada para excluir o dano existencial	-	-	Mais de 10h diárias, supressão de intervalo intrajornada
RR-1391-25.2012.5.15.0002	Reformada para excluir o dano existencial	-	-	18h diárias